



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ACTA N° 02/2010

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2010

PRESIDENTE DA MESA:

Ramiro Manuel Lopes de Matos

SECRETÁRIOS:

Victor Manuel Dias Coelho
Manuel Augusto Nabais

FALTARAM:

António Luís Miranda dos Santos Serra;
Roberto Cayuela Vaz Lavrador;
Maria Fernanda Penela dos Santos Nunes Vieira;
Maria de Fátima da Cruz Basílio Neves;
João Cândido Leitão Caramona;
Presidente da Junta de Vila Boa;
Presidente da Junta de Seixo do Côa.

JUSTIFICARAM A FALTA:

Roberto Cayuela Vaz Lavrador;
Maria de Fátima da Cruz Basílio Neves;
Presidente da Junta de Vila Boa.

HORA DE ABERTURA:

20 Horas e 15 minutos

LOCAL: Museu Auditório Municipal

Às vinte horas e quinze minutos, depois de feita a chamada e dado haver quórum, o **Presidente da Assembleia** deu início à sessão, começando por informar as senhoras e os senhores deputados que, depois de consultada a legislação em vigor, a Mesa chegara à conclusão, situação que fora também verificada na reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal que se realizara 15 dias antes, que a chamada dos senhores deputados e a assinatura do livro de ponto, não eram legalmente exigidas, representando apenas uma perda de tempo.

Assim, e a partir daquela Assembleia, a Mesa verificaria a existência de quórum, contando visualmente os deputados municipais presentes e logo que estivessem pelo menos 42 membros se considerava existir condições para iniciar os trabalhos, não havendo no final da Assembleia, a assinatura do livro de ponto.

Por outro lado, informava a Assembleia que as folhas de presença que os senhores deputados tinham que assinar, iam ser distribuídas apenas durante o último ponto da Ordem do Dia.

Assim, e verificada visualmente, pela contagem que a Mesa fizera, que havia quórum, ia-se dar início aos trabalhos. Informava ainda que o Grupo do Partido Socialista, fizera chegar à Mesa, uma proposta de pesar com o conteúdo que passava a ler:

“Exmos. Srs. Vimos por este meio fazer a proposta de um voto de pesar, pelo falecimento da menina Vitória Nunes, filha do membro desta assembleia, Rui Nunes e antigo vereador do Município. O Grupo do P.S.”

Assim, e se estivessem de acordo e não houvesse qualquer impedimento, far-se-ia um minuto de silêncio em memória da filha do Sr. Deputado.

Respeitado o minuto de silêncio, tomou novamente a palavra o Sr. **Presidente da Assembleia** para dizer que enquanto Presidente lhe competia também tomar algumas atitudes que, compreenderiam, não eram atitudes de carácter político partidário, mas sim atitudes que considerava que lhe competia tomar enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Assim, e se a Assembleia lho permitisse, iria ler um texto que escrevera e que dirigira em primeiro lugar ao Sr. Presidente da Câmara:

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara. Os acontecimentos da noite passada têm motivado um conjunto de informações contraditórias no que diz respeito ao móbil do assalto aos Paços do Concelho.

Estas informações contraditórias assumem importância assinalável, porque conduzem ao levantar de suspeitas sobre mulheres e homens que desenvolvem a sua actividade na Autarquia, mas, também, e de maior gravidade ainda, porque levantam suspeitas sobre eleitos políticos, alguns dos quais membros desta Assembleia Municipal.

Assim, e porque enquanto cidadão, enquanto eleito Municipal e enquanto Presidente desta Assembleia Municipal, não posso pactuar com quaisquer processos de intenções sobre a honorabilidade de seja quem for. Solicito ao Sr. Presidente da Câmara que dê a esta Assembleia todos os esclarecimentos que sejam legalmente possíveis, com especial incidência sobre os documentos e outros tipo de objectos e valores que tenham sido roubados. O Presidente da Assembleia”

Tomou a palavra o Sr. **Presidente da Câmara**, desejando boa noite a todos, e congratulando-se com a preocupação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, relativamente aos factos ocorridos e originados por marginais. No entanto, queria dizer que, a responsabilidade por qualquer informação que saísse da Câmara Municipal, relativamente a situações ocorridas no Executivo e no Município, era da inteira responsabilidade do Presidente da Câmara. Os únicos órgãos de comunicação social aos quais tivera

oportunidade, porque fora solicitado para o efeito, de responder a algumas perguntas tinham sido a RTPI e o Cinco Quinas. Por isso, não, e não corroborando quaisquer outras intervenções ou desinformações, queria sossegar todos e dizer que o que havia acontecido na noite anterior fora apenas e nada mais um acto de vandalismo e de pura delinquência. Havia sido levados valores materiais, algum material informático, pouco, e alguma receita da tesouraria do dia, pouca, e nada mais saíra dali. Houvera alguma procura insistente da parte dos marginais em encontrar o cofre, onde estava essa pequena quantia, cheques e outras coisas e que a única coisa que fora levada fora aquela pequena quantia em dinheiro e algum material informático. E terminava dizendo que houvera oportunidade de levar muito mais, mas não tinham querido, porque não era com certeza o material informático que lhes interessava, interessava-lhes apenas dinheiro líquido.

Tomando a palavra, o Sr. **Presidente da Assembleia**, considerou que com as respostas do Sr. Presidente da Câmara ficavam esclarecidas dúvidas que pudessem ter sido levantadas por um conjunto de boatos e de considerações que tinham sido desenvolvidas ao longo do dia. Considerava a sua pergunta pertinente e a resposta do Sr. Presidente permitia ter-se uma informação sem dúvidas sobre quais as questões que estavam em pé.

Informou então a Assembleia que a Mesa recebera um voto de congratulação, três moções de saudação e uma recomendação à Câmara, as quais, se estivessem de acordo, seriam tratadas no ponto 3 do período antes da ordem do dia.

ANTES DA ORDEM DO DIA

I- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS NOS DIAS 29.12.09 E 26.02.2010;

Iniciou-se então a discussão e votação das actas das reuniões ordinárias, realizadas nos dias 29.12.2009 e 26.02.2010, tendo sido aberto um período de intervenções.

Pediu a palavra o Sr. Deputado **Manuel Rito**, para dizer que no que dizia respeito à sua intervenção relativa à proposta de recomendação inserta na página 31 da acta n.º 2 de 29.12.2009, vinha “que a pavimentação seria no mês de Maio”. Ora, não dissera que a pavimentação, dissera que “a conclusão das obras de terraplanagem.” Que era o que os militares estavam a fazer. Dizia ainda a Acta “que tinham um troço feito pelos militares, a pavimentação seria feita no mês de Maio”, quando dissera “tinham um troço feito pelos militares que concluiriam presumivelmente a obra no mês de Maio”. E continuou dizendo que, no ultimo parágrafo onde se dizia “Concluiu dizendo que, a sua recomendação e propunha” se deveria dizer “Concluiu propondo que a mesa pusesse a votação esta recomendação ou seja que se recomendasse ao executivo que utilizasse”.

Finalmente verificava que o resultado da votação não constava da acta. Aquela recomendação fora votada e não constava a votação, a qual, que se não estava enganado, fora aprovada por unanimidade.

Interveio o Sr. **Presidente da Assembleia**, para dizer que indo a Mesa introduzir aquelas alterações na acta, pensava que se estaria em condições de a votar.

E se não houvesse mais intervenções, iria colocar as duas actas a votação, com as alterações apresentadas pelo Sr. Deputado Manuel Rito.

O Sr. Deputado **Manuel Rito** alertou a Mesa para o facto de as actas terem que ser votadas uma a uma.

Solicitou então da palavra o Sr. Deputado **Joaquim Carreto** para alertar que, embora houvesse outros erros, na página n.º 2, na última linha, onde se diz “quando à acidentes”, o “à” era de haver, com certeza que teria que levar um “h”, era óbvio.

Na sua intervenção o Sr. Deputado **Manuel Joaquim Rito** endereçou uma reclamação à Mesa, porque houvera pessoas que tinham recebido a acta em papel e outras que não. No seu caso pessoal recebera apenas a convocatória e um CD. Pensava que se devia mandar parte dos documentos, se não, mandar pelo menos as contas resumidas para todos os elementos, pois nem toda a gente tinha informatização em casa, outros não sabiam lidar com ela e era tanta informação que as pessoas baralhavam-se com aquilo tudo.

Por isso, era de opinião que houvesse alguém, quer quando era das contas, quer do orçamento, que sintetizasse os assuntos todos, e não se mandasse tanto papel, que se mandasse um resumo para toda a gente fazer a análise.

E perguntava, o que cada Membro da Assembleia queria? Queria saber o que é que se ia investir, onde se ia investir e como se ia investir. E, na parte da receita, de onde vinha a receita e quem pagava. Aquilo, podia fazer-se em pouco papel e qualquer cidadão com conhecimento médio de contabilidade, perceberia as contas.

E concluiu dizendo que como eram mandadas com tanta informação, as coisas baralhavam-se de uma maneira, que muitas vezes as pessoas deitavam para o lado e vinham para a Assembleia sem saber como se pronunciar.

Tomou a palavra o Sr. **Presidente da Assembleia**, para dizer que, embora a última intervenção não se enquadrasse no primeiro ponto do período de antes da ordem do dia, aproveitava a mesma para solicitar à Câmara Municipal, que em anos subsequentes, quando produzissem aqueles documentos, apresentassem, como fora proposto pelo Sr. Deputado Manuel Joaquim Rito, um mapa resumo daquilo que estava a ser apresentado.

E continuou dizendo que, não havendo mais intervenções, colocava a votação a acta de 29.12.2009, com as correcções apresentadas pelos Srs. Deputados Manuel Rito e Joaquim Carreto.

A acta foi **aprovada** por maioria com 5 abstenções.

De seguida foi colocada à votação a acta de 26.02.2010, a qual foi **aprovada** com 5 abstenções.

Continuou no uso da palavra o Sr. **Presidente da Assembleia**, colocando aos Srs. Deputados a questão da interpretação do artigo 45º do Regimento. Na verdade, e como se podia perceber da leitura daquele artigo, as actas tal qual vinham sendo produzidas, iam muito além daquilo que era indicado no primeiro ponto e, se tivessem o cuidado de ler actas de reuniões da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesias ou mesmo de Assembleias Municipais de outros Concelhos, as actas da AM do Sabugal,

pretendendo transcrever quase na íntegra aquilo que era dito pelos Srs. Deputados Municipais, não correspondiam nem àquilo que estava naquele ponto, nem ao que era prática normal em outros órgãos autárquicos.

E continuou colocando a questão se valia a pena continuar a fazer uma acta que representava uma grande carga de trabalho quer para os serviços de apoio quer para a própria mesa da Assembleia, ou se podia ser adoptado o modelo que estava a ser seguido na Câmara Municipal e que era um resumo da acta contendo aquilo que o n.º I do artigo 45.º indicava.

Solicitou a palavra o Sr. **Deputado José Robalo**, para dizer que era membro daquela Assembleia Municipal há cerca de 20 anos e o que sempre existira fora um consenso muito grande e muito forte, tinha havido sempre uma praxis na realização das actas, que se os funcionários quisessem ir ver, aquilo que se fazia no passado era um bom exemplo a seguir.

Tinha havido unanimidade por parte de todos os grupos parlamentares, por todas as pessoas, que de facto se tinha trabalhado muito bem naquela Assembleia, e então não era preciso ir buscar exemplos lá fora de outras Assembleias Municipais, tinha que se ir buscar o bom que se fazia na Assembleia Municipal do Sabugal, e tinha existido no órgão novo.

Continuou dizendo que existia uma jurisprudência naquilo que tinha sido feito, e o que pensava era que, Sua Excelência o Sr. Presidente ou a Mesa, não lhe levassem a mal dizer aquilo, deveria ter caldeado o novo grupo de apoio à Assembleia Municipal com o saber fazer que vinha do passado e então o problema que o Sr. Presidente estava a colocar não se teria colocado. Pensava que um bocado de bom senso e ir buscar experiência do passado resolveria o problema e não era preciso ir ler o artigo 45.º, porque de facto os funcionários que ali haviam trabalhado sempre o haviam feito muito bem, nunca houvera problemas na organização e na transposição para a acta daquilo que se passava na assembleia e esse era o exemplo a seguir.

Interveio então o Sr. Deputado **João Duarte** para dizer que concordava com a intervenção do Sr. Deputado José Robalo, considerando que se devia transcrever aquilo que os deputados dizem na assembleia.

Tomou a palavra o Sr. **Presidente da Assembleia**, dizendo que a Mesa colocara a questão como a devia colocar, querendo chamar à atenção que o artigo 45.º que lera era o artigo 45.º que estava em vigor desde 2001, não fora alterado e portanto a praxis, como o Sr. Deputado José Robalo dissera, continuava a ser essa, continuar-se-ia a fazer.

E continuou dizendo que o trabalho que o actual staff de apoio da Assembleia Municipal tinha vindo a fazer era um trabalho a todos os níveis meritório, e a prova era que, depois da situação que se verificara em relação à acta de Dezembro, a acta de Fevereiro não merecera qualquer reparo em relação à sua qualidade de produção, e portanto o actual staff de apoio, como aliás não tinha dúvidas absolutamente nenhuma porque não dividia os funcionários da Câmara em bons e maus, para si os funcionários municipais eram todos bons até se provar o contrário, não havia ali uma guerra entre antes e depois ou entre o antigos e os actuais. O seu empenhamento era o empenhamento que a Câmara Municipal e o Concelho do Sabugal esperavam que os funcionários da Câmara tivessem,

E concluiu dizendo que a única coisa que colocara, fora que a acta que estava a ser elaborada e que estava a ser apresentada aos Srs. Deputados Municipais contradizia aquilo que estava no regimento pelo menos desde 2001. Mas como as pessoas que se

haviam pronunciado o haviam feito no sentido de que se devia manter o actual modelo de acta, seria o actual modelo de acta que a mesa da Assembleia apresentaria aos Srs. deputados, sem qualquer alteração.

Passou-se então ao ponto 2.

2 - EXPEDIENTE;

Tomando a palavra o Primeiro Secretário da Mesa **Victor Coelho** deu conhecimento do seguinte expediente:

- Diversos convites do Governo Civil da Guarda;
- Informação dos Serviços Jurídicos da ANMP;
- Parecer Da CCDRC, relativo à votação, formas de votação, regimento;
- Ofício do Governo Civil da Guarda, relativo ao encontro de empresárias do Distrito da Guarda;
- Convocatória da Assembleia Distrital da Guarda para o dia 30.03.2010;
- Boletim da ANMP;
- Circular da ANMP; solicitando apoio ao Município do Funchal;
- Ofício da Assembleia Municipal de Porto Santo, do Funchal, Santa Cruz, Câmara de Lobos, agradecendo o voto de solidariedade;
- Carta do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, relativo a propostas de aditamento ao Orçamento de Estado para 2010 — PIDDAC;
- Ofício da Junta de Freguesia de Aldeia Velha, relativo à realização da Assembleia Municipal, nesta Freguesia;
- Ofício da Junta de Freguesia de Soito, relativo à realização da Assembleia Municipal, nesta Freguesia;
- Ofício da Junta de Freguesia de Bismula, relativa à realização da Assembleia Municipal, nesta Freguesia;
- Carta do Mandatário da Lista do MPT, relativa a substituição e ausência de deputado Municipal.
- Agenda relativa às festas do Município de Pinhel;

Solicitou a palavra o Sr. Deputado **Joaquim Carreto** dizendo que era a primeira vez que estava numa sessão ordinária da Assembleia presidida por Sua Ex.^a, e, pela experiência que tinha, lhe parecia que aquele momento fora um momento de sono, pois pela prática que vinha sendo habitual desde há uns anos atrás, bastava fazer a referência ao assunto e depois dizer que quem quisesse consultar, consultaria posteriormente. Assim, aquela leitura fora tão aborrecida, que propunha que a mesma fosse abolida das reuniões ordinárias da Assembleia.

Respondeu o Sr. **Presidente da Assembleia** dizendo que aconselharia o Sr. 1º secretário a, nas Assembleias seguintes, se limitar a dizer a origem e o assunto do ofício recebido.

3 - ASSUNTOS DIVERSOS;

Depois de ter sido dado conhecimento do expediente o Sr. **Presidente da Assembleia** deu início ao ponto 3 da ordem de trabalhos — **Assuntos Diversos**, referindo que tinham dado entrada na mesa um voto de congratulação, três moções e uma recomendação à Câmara Municipal, começando por ler o voto de congratulação:

“A Assembleia Municipal do Sabugal congratula-se com a presença da Selecção Nacional de Futebol no próximo Campeonato do Mundo de Futebol, a realizar em Junho na África do Sul. Entendemos que esta é uma excelente oportunidade para que o Povo Português na sua diáspora pelos quatro cantos do mundo, mais uma vez, se una em torno de um objectivo comum, VENCER, ou pelo menos dignificar Portugal. Os serviços da Assembleia Municipal, deverão fazer chegar, este voto de congratulação à Federação Portuguesa de futebol e a toda a embaixada que irá representar Portugal. António Gata, Alberto Monteiro, Sandrine Portas, M.^a de Fátima Portas, Nuno Mota, Luís Martins, Francisco Luís Pires e Pedro Hilário Cardoso”

Solicitou a palavra o Sr. Deputado **António Gata**, dizendo que ficara muito satisfeito com os sorrisos que ali ouvira e vira. Para si já era mais que motivo de satisfação por ter colaborado na apresentação daquele documento. E concluiu agradecendo pelos sorrisos.

O Sr. Deputado **João Duarte** tomou a palavra para dizer que se ia abster naquele voto de congratulação, porque considerava que o hino que o Carlos Queiroz escolhera devia ser uma canção portuguesa e não uma canção de um grupo norte-americano.

Interveio então o Sr. **Presidente da Assembleia** para dizer que, não havendo mais inscrições, punha à votação o voto de congratulação que foi aprovado por maioria, com um voto contra e dez abstenções.

A Sra. Deputada **Ana Domingues** interveio para dizer que, votara contra, pura e simplesmente porque vinha para a Assembleia para discutir assuntos do concelho, em prol do desenvolvimento do concelho, futebol não enchia a barriga, ou pelo menos não devia, e havia assuntos mais importantes.

O Sr. Presidente da **Assembleia** passou então a ler as moções apresentadas pelos Grupos do PS e da CDU e que tinham como tema o Aniversário do 25 de Abril:

-“SAUDAÇÃO

No passado dia 25 de Abril comemorou-se o 36º Aniversário do dia em que a acção de um punhado de militares, com o apoio generalizado da população portuguesa, conduziu à queda do regime antidemocrático que durante perto de 50 anos se manteve de pé.

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal do Concelho do Sabugal tem a certeza que os últimos trinta e cinco anos permitiram que Portugal e o nosso Concelho tenham dado dados passos importantes no sentido de implantar e consolidar um sistema político democrático e que tenta promover a igualdade de oportunidades para todos os Portugueses.

Temos, naturalmente a consciência que, apesar do muito que foi feito, muito há a fazer e terão que ser dados passos decisivos para que todos os Portugueses possam beneficiar, por igual, de todas as oportunidades, nos empregos, no ensino, na saúde, na justiça e no progresso em geral.

Temos a consciência da manutenção e, mesmo, agravamento das profundas assimetrias entre o interior e o litoral.

Temos a consciência de que existem ainda muitas bolsas de pobreza espalhadas pelo País com especial incidência nos mais idosos.

Temos a consciência de que uma parte significativa da população portuguesa se encontra hoje na situação de desemprego, fruto da crise económica que assola o Mundo e Portugal em particular.

Mas temos também a consciência do muito que se andou desde 1974, no que diz respeito a melhoria das condições de vida da população em geral e dos que neste Concelho residem e aqui desenvolvem a sua actividade.

E porque para que fosse possível vivermos em democracia e assistirmos a este aumento da qualidade de vida dos portugueses, muitas mulheres e homens, antes e depois do 25 de Abril de 1974, a Assembleia Municipal do Sabugal saúda todos aqueles que lutaram e lutam pelos ideais de liberdade e de igualdade social.

E porque o Poder Local Democrático é uma das principais conquistas do 25 de Abril de 1974, e tem sido o principal agente da mudança e do desenvolvimento que se têm verificado em todo o País, a Assembleia Municipal do Sabugal saúda todos os que, desde aquela gloriosa data foram eleitos autarcas do nosso Concelho do Sabugal, corporizando esta saudação em todos os Presidentes da Assembleia desde o Abril de 1974 – José Carlos Mano Baptista, Manuel Fonseca Corte, Afonso Mendes, Custódio Filomeno Jacinto Vicente Barreto Xavier, Manuel José Guimarães Pestana Dinis da Fonseca, Carlos Manuel Luís, Maria Lisete Martins Silva Terras, António Luís Miranda dos Santos Serra, Manuel Carlos Gonçalves, Manuel Bispo e António Esteves Morgado. O Grupo Municipal do Partido Socialista”

–“No mês em que se assinala o 36º aniversário da Revolução de Abril, não poderíamos deixar de saudar esta data, pelo que ela representa para os trabalhadores e para o povo. Quando se refere o que foi conquistado em Abril, não se pode ignorar o seu conteúdo e significado. A conquista da liberdade, a Constituição da República, as nacionalizações, os direitos dos trabalhadores, os serviços públicos, universais e de qualidade, o direito ao ensino, à saúde, à cultura e ao desporto e o poder local democrático (no que respeita ao concelho de Sabugal, se nos lembrarmos como ele era antes da Revolução, a mudança foi para muito melhor) são algumas das mais belas conquistas de Abril.

Estas conquistas têm, no entanto, sido ameaçadas e paulatinamente destruídas pelos sucessivos Governos, que ora a pretexto da crise, ora do défice têm procurado destruir aquilo que Abril construiu. Exemplo recente é o PEC que o Governo apresentou. O Grupo Municipal da CDU”

Não havendo inscrições passou-se à votação da moção do grupo Municipal do PS a qual foi aprovada por unanimidade.

Foi igualmente votada a moção da CDU, aprovada por maioria com seis abstenções e 22 votos contra.

O Sr. Presidente da **Presidente da Assembleia** leu então a moção apresentadas pelo Grupo do PS que tinha como tema o 1º de Maio.

“SAUDAÇÃO AO PRIMEIRO DE MAIO - No dia 1 de Maio de 1886, há 124 anos, em Chicago, duas centenas de milhar de operários recusaram-se a trabalhar e exigiram o estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho, sendo impiedosamente reprimidos pelas entidades policiais e patronais. Festejar o 1º de Maio em 2010 será não só recordar o significado da luta dos operários de Chicago, mas também a de todos os trabalhadores em geral e, essencialmente, a dos trabalhadores portugueses e das suas Organizações Sindicais por um trabalho com condições de Higiene e Segurança dignas e um salário justo. Em Portugal, festejar o 1º de Maio de 2010 será reafirmar Abril e as conquistas conseguidas pelos trabalhadores portugueses.

Será lutar por salários justos e pensões dignas, contra o desemprego, pelo emprego com qualidade, pela valorização do trabalho, pela qualificação dos trabalhadores, pela justiça social e fiscal, pela paz e solidariedade internacional.

Será pelo desenvolvimento económico, pelo progresso social e por uma sociedade mais justa e fraterna.

Assim, a Assembleia Municipal do Sabugal, reunida no dia 30 de Abril de 2010, saúda todos os trabalhadores portugueses, em especial os trabalhadores Sabugalenses, e as respectivas Organizações Sindicais, manifestando-lhes a sua solidariedade na luta desenvolvida por melhores condições de vida e por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

Saúda ainda, manifestando-lhes a sua total solidariedade, as centenas de milhar de trabalhadores portugueses desempregados e as suas famílias, acreditando que Portugal saberá encontrar os caminhos do desenvolvimento e do progresso que permitam responder de forma eficaz aos anseios de todos aqueles a quem a crise económica excluiu temporariamente do mercado de trabalho. O Grupo Municipal do Partido Socialista”

Solicitou a palavra o Sr. Deputado **João Manata**, dizendo que ia votar favoravelmente aquela moção, como não podia deixar de ser, mas havia ali qualquer coisa de contraditório. Percebia muito bem, as pessoas estavam no seu direito, porque algumas haviam votado contra a moção que o Grupo da CDU havia apresentado, falava de algumas coisas incómodas, como as nacionalizações e agora as consequentes privatizações.

Não gostavam muito disso, mas para cumprir Maio, para cumprir Abril, e para de facto o 1º de Maio ser uma realidade, com direitos dos trabalhadores, fora com essas mesmas nacionalizações que se conseguira a melhoria de vida do povo português. O que seria hoje de certas aldeias se a EDP fosse uma empresa que continuasse privada, luz eléctrica nicles, não tivessem dúvidas. Quanto à privatização dos CTT como estava prevista, se a pessoas de Vale Verdinho quisessem uma carta, ou a levava o padeiro, ou vinham buscá-la ao Sabugal, não tivessem dúvidas.

E concluiu dizendo que com aquilo era o espírito de Abril que estava completamente a ser subvertido.

O Sr. **Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação, tendo sido aprovada por maioria com 4 Abstenções. Passou de seguida a ler a proposta de recomendação à Câmara apresentada pelo Grupo do PS.

“RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL - Considerando que no dia 31 de Março de 2010, por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal foi “deferido o pedido de emissão de alvará de licença administrativa nº 11/2010 de Sub-Parque eólico do Troviscal” em nome de Eólica do Campanário, SA.

Considerando que o referido Sub-Parque se localiza nas proximidades da Aldeia Histórica de Sortelha, um dos ex-libris do Concelho do Sabugal e local visitado anualmente por dezenas de milhar de turistas.

Considerando que a aprovação deste Sub-Parque pelo Ministério da Economia não foi precedida de qualquer processo de consulta às entidades normalmente consultadas, nem passou por um período de Consulta Pública, dado que, pela sua dimensão reduzida, tal não é legalmente exigido.

Considerando ainda que várias centenas de pessoas têm vindo a manifestar o seu desacordo quanto a esta localização, receando que a mesma venha constituir uma menor valia para a importância de Sortelha enquanto pólo de atracção de todos os que ali se deslocam para admirar a própria aldeia intra-muralhas e a paisagem única que do seu castelo se avista.

Considerando, por fim, que se encontra agendada para a Reunião da Câmara Municipal de 5 de Maio próximo a análise deste assunto,

A Assembleia Municipal recomenda que, nessa Reunião, o Executivo Municipal se pronuncie sobre:

1. A solicitação à CCDR Centro da abertura de um período excepcional de Consulta às diversas entidades normalmente consultadas em empreendimentos desta natureza, seguido de um período de Consulta Pública.
2. A suspensão do alvará emitido em 31 de Março de 2010 até que seja obtida uma resposta daquela Comissão de Coordenação.

O Grupo Municipal do Partido Socialista”

Pedindo a palavra, o Sr. Deputado **João Manata** disse que em relação àquele parque eólico queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se já fora feito o estudo do impacto ambiental? Se o Sr. Presidente o poderia esclarecer sobre o local onde ia ser implantado o parque? E que impacto visual iria ter sobre a aldeia histórica de Sortelha?

O Sr. Deputado **Manuel Rito** interveio para, antes de se pronunciar, perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, a que distância das muralhas, ficariam implantados os ditos aero-geradores.

O Sr. Presidente da **Assembleia Municipal** deu então a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para dar resposta às questões colocadas.

Na sua resposta o Sr. **Presidente da Câmara** começou por informar que o parque eólico em questão era constituído por quatro sub-parques cujos locais de implantação eram em várias freguesias, e que as obras se encontravam devidamente licenciadas naquele momento. Sobre o processo haviam-se pronunciado favoravelmente todas as entidades competentes, onde se incluíam a Direcção Geral de Energia e Geologia do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, que era a entidade competente para emitir a licença de Estabelecimento, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, quanto à decisão sobre incidências ambientais, o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico do Ministério da Cultura, nomeando o arqueólogo para preparação local.

Informou ainda que tinha ali o parecer do IGESPAR com a declaração do técnico responsável de arqueologia pelo sítio que era o Dr. Óscar Fernando Ferreira Teixeira e tinha ali também do IGESPAR o relatório final ambiental do sub-parque do Troviscal, que dizia: “ No âmbito das competências e atribuições deste Instituto e tendo em atenção a legislação em vigor... foi aprovado o relatório mencionado em epígrafe”.

Falava ali de incidências ambientais e não de uma avaliação de impacto ambiental, pois, segundo a informação dos técnicos, a avaliação de impacto ambiental era produzida a partir do momento que havia uma concentração de mais de 19 aero-geradores, e ali só eram sete, ficando o mais próximo em linha recta a cerca de 750 m a 1 km em linha de vista para sudeste de Sortelha.

Assim, tinha todos os pareceres, estava licenciado, não tendo presente se o promotor já levantara a licença e pagara as taxas ou não.

E concluiu dizendo que o licenciamento decorria de uma competência delegada pelo executivo no Presidente da Câmara e fora feito, obviamente como sempre eram feitas as coisas todas naquela câmara, com os pareceres obrigatórios de todas as entidades.

Retomou então a palavra o Sr. Deputado **Manuel Rito** dizendo que os parques eólicos eram importantes para o Município do Sabugal pelo valor de rendimento de receitas próprias que podiam trazer:

Concretamente, os quatro a executarem-se seriam, segundo pensava saber, na ordem das 50 aero-geradores o que poderia representar uma renda anual na ordem dos 750 mil euros para o Município. Assim, e ficando à distância que ficavam de Sortelha, ia votar contra esta recomendação e oxalá que viessem muitas, porque se se continuasse com estes pruridos, não sabia que outro nome lhe dar, qualquer dia, ele que tinha óculos não podia entrar em Sortelha porque não os havia lá no século passado, porque ninguém os tinha. Tinham que se deixar de “coisinhas” e pugnar pelo desenvolvimento do Concelho.

No uso da palavra o Sr. Deputado **Roberto Silva** disse que o maior impacto que Sortelha deveria ter no ambiente, não deveriam ser as torres eólicas mas sim a curva que se faz do Sabugal para Sortelha que devia despender mais combustível do que muitos carros a circular no Sabugal.

Solicitou a palavra a Sra. Deputada **Ana Domingues**, começando por dizer que, face ao que tinha lido, considerava que a situação era sempre a mesma, se o Sabugal não tivesse as torres eólicas era porque ficávamos para traz e não havia benefícios para o Concelho, se se faziam, e tinham que se fazer com benefícios, então que fossem feitas nos locais mais indicados e mais propícios.

E continuou dizendo que não considerava que, para quem ia a Sortelha, as torres pudessem prejudicar assim tanto a paisagem. Havia muitos sítios que as tinham, muitas terras em Portugal, Espanha e na Europa e a questão era sempre que se tratava do desenvolvimento do Concelho, quando se queria progresso aparecia qualquer coisinha. A questão era, quer se quisesse quer não, a energia eólica ia ter de ser incorporada no dia a dia, porque mais tarde ou mais cedo era dela que se ia precisar para viver, portanto mais valia agora do que deixar fugir o comboio.

O Sr. **Presidente da Câmara** solicitou então permissão para prestar uma informação adicional, porque até parecia que aquela era uma situação que separava os sabugalenses, que era uma coisa que aparecia de um momento para o outro. Queria informar que aquele era um processo que já vinha desde Setembro de 2008, o primeiro requerimento de pedido de informação prévia fora de 26 de Setembro de 2008. Havia praticamente 2 anos que se andava a trabalhar, e não era de um momento para outro e de ânimo leve.

Interveio o Sr. Deputado **Jose Robalo** dizendo que, depois de ter ouvido as explicações do Sr. Presidente da Câmara, verificando que de facto estavam compridas todas as legalidades para a aprovação deste pedido e pensando que o 5º Presidente da Câmara não tinha poderes discriminatórios para recusar a um particular, cumpridos todos esses pareceres, sob pena de cometer crime e poder ser responsabilizado criminalmente, estava esclarecido quanto á legalidade da aprovação, o que era importante. Continuou dizendo que, como também já estava há muitos anos naquela Assembleia Municipal, quando se falara ali no espelho de água da barragem e quando as autoridades nacionais haviam limitado a utilização dessa água por parte de determinado tipo de embarcações, aqui d'el Rei que a água era nossa e devíamos fazer tudo para ser autorizado o seu uso pleno, e aí não estavam preocupados com as questões ambientais.

Para terminar, e utilizando neste caso concreto o mesmo raciocínio que os Brasileiros em relação á floresta Amazónica, era muito bonito que se mantivesse aquela floresta intacta e concordava com isso, mas devia haver alguém que se chegasse à frente e que propiciasse um desenvolvimento alternativo que aquelas populações de Sortelha bem precisavam de viver, também tinham que ter meios de próprios de vida.

E se havia possibilidades de sobrevivência, neste caso com as energias limpas, não via, sinceramente, qual o motivo porque se ia impedir que isso pudesse acontecer. E pensar que não se ia aprovar aquilo, nem lhe passava pela cabeça. E concluiu dizendo que dali a um ano ou dois se podia fazer uma análise ou um estudo do impacto sobre a visita dos turistas á Aldeia Histórica de Sortelha, e que se iriam manter na mesma, porque de facto em nada aquelas eólicas iam alterar a paisagem e a capacidade de atractividade que Sortelha tinha.

Solicitou a palavra o Sr. Presidente de Junta de Aldeia de Sto. António **Nuno Mota**, dizendo que também comungava da mesma opinião, pois quando ia a Sortelha olhava para Sortelha, não olhava para o que estava à volta. Também podia apreciar, mas já apreciava eólicas e mais uma ou menos uma na paisagem achava que não fazia diferença. Pensava ainda que o aparecimento de Sortelha nas notícias seria benéfico e, no final do ano iria haver mais visitantes por causa daquela polémica.

Tendo tomada da palavra o Sr. Deputado **Manuel Joaquim Rito** afirmou que se a Câmara seguira todas as responsabilidades todas as informações que tivera que dar e todos os pareceres de todos os órgãos que tinham que dar, então os que, como ele, não tinham conhecimento aprofundado de paisagismo e de ambientalismo, sabiam, no entanto, que tinham necessidade urgente de dinheiro, de investir dinheiro para o turismo. Todos queriam Sortelha, mas tinha que se investir dinheiro em Sortelha para trazer pessoas, tinha que se investir muito no Sabugal para trazer pessoas. Agora havia oportunidade de arranjar receita, sabia que os ambientalistas tudo faziam tudo para prejudicar, corrigia, fazer tudo não dizia bem, para prejudicar, mas para travar o desenvolvimento, porque se preocupavam com muitas coisas que na sua opinião não tinham interesse.

E concluiu dizendo que no que dizia respeito às antenas estava tudo aprovado e se a Assembleia tomasse uma posição contra estaria a tomar uma posição contra os interesses do concelho do Sabugal. Cada um podia ver as coisas como quisesse, mas a sua opinião era aquela.

O Sr. Deputado **João Manata** interveio para dizer que se ia abster, bem como o Grupo da CDU, em relação à recomendação pela razão muito simples de que não estava esclarecido. Primeiro tinha que saber qual era a posição da população da Sortelha, era importante a gente saber a posição das populações e o que queriam. Em segundo lugar de facto era favorável às energias limpas, às energias alternativas porque não se podia continuar assim, mas por outro lado também ficava a pensar que as questões do ambiente, o impacto visual eram importantes e haveria tantos sítios para as pôr que não tivessem impacto... E se se havia falado ali em Espanha porque é que eles não as metiam em Alverca, os Espanhóis que tinham a Penha de Francia, era por isso que ficava com dúvidas e como tal se ia abster naquela recomendação.

O Sr. Deputado **Ramiro Matos** dirigiu-se ao púlpito para intervir enquanto membro da assembleia e não na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, começando por dizer que, pelo menos para quem costumava consultar o Blogue Capeia Arraiana, sabia que, como cidadão, já tomara posição em relação àquele assunto e portanto estava perfeitamente clara a sua posição.

Gostara imenso que os senhores deputados municipais tivessem defendido as eólicas e as energias alternativas, pois havia começado a sua actividade na área da energia, como gestor de energia e gestor de ambiente, tendo aliás sido responsável pela introdução na altura da maior central foto voltaica, que havia em Portugal. Estava assim perfeitamente à vontade para dizer publicamente que se alguém ali era defensor da utilização das energias renováveis era ele.

Mas não era aquilo que estava em causa, considerava que estava mal colocado o problema quando se colocava ali a questão como sendo eólicas ou nada. Não era isso que estava em causa, pois sempre defendera e voltava a repetir que as eólicas deviam ser instaladas.

A questão era que tinha que se ter bom censo e não deixar que as coisas se extremassem. Não era de um lado os ambientalistas inimigos dos Sortelhenses, inimigos do Sabugal, inimigos do desenvolvimento e da riqueza, inimigos das rendas ou inimigos não sabia do quê, e do outro lado os outros que eram amigos. Não era isso que estava em causa e colocá-lo assim era inquirir á partida uma análise que tinha que ser uma análise ponderada, uma análise de bom censo e aquilo que pensava da recomendação que fora apresentada pelo grupo do P.S no qual se incluía, era que se tinha aberto uma janela de oportunidade, e a janela da oportunidade fora aberta na Quarta-Feira anterior, quando o Executivo Municipal decidira agendar aquela questão para a reunião de Câmara seguinte e só por isso é que viera ali aquela recomendação do PS.

Estando assim aberta uma janela de oportunidade para se analisar, então que se analisasse numa base de bom censo, numa base de entendimento, pois eram os interesses de todos que estavam em jogo, porque, reafirmava, o Concelho do Sabugal só teria a ganhar se se transformasse num produtor privilegiado de energia eléctrica a partir do eólica, não tinha dúvidas nenhuma em dizer isso. Aliás, no programa do PS á Câmara Municipal nas últimas eleições estava lá claramente a criação dum pólo de desenvolvimento de indústrias energéticas que tinha claramente a ver com aquela questão.

Reafirmava que o que estava em causa não era ser contra ou a favor das eólicas, ser contra ou a favor das energias alternativas; a questão era que existia um problema concreto em Sortelha com a implantação das 7 torres eólicas no Troviscal e não valia a pena estar a esconder a cabeça na areia, esse problema existia, era um problema concreto e não valia a pena dizer que não se queria saber daquelas pessoas que estavam contra porque essas pessoas não valiam nada, eram isto e aquilo, pois elas continuariam lá a trabalhar e a defender as suas ideias e eram tão legítimas na sua defesa, como eram os que defendiam as ideias contrárias.

O Sr. **Presidente da Câmara** pediu para intervir para perguntar como era possível o Sr. Presidente da Assembleia Municipal ter uma informação que a Câmara Municipal ia agendar quando ainda não tinha agendado nada, como era possível afirmar que era na Quarta-Feira seguinte, não sabia de onde viera aquela informação.

O Sr. Deputado **Ramiro Matos** respondeu que a informação que tinha era de que os Vereadores do PS tinham solicitado esse agendamento.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu então que fora solicitado que o processo fosse lá para consultarem agora se o Presidente da Câmara ia agendar ou não isso era outro aspecto.

Interveio de novo o Sr. Deputado **Ramiro Matos** dizendo que para ele era a mesma coisa, pois o que queria dizer era que era possível que na reunião de câmara seguinte se fizesse a consulta do processo, então era possível que a Câmara Municipal tomasse uma decisão, que não era uma decisão de proibir a instalação das eólicas era, numa base de consenso, numa base de entendimento, conseguir encontrar a solução correcta para um problema que quer se quisesse ou não existia e não valia a pena esconder que existia.

E concluía dizendo que a proposta do Grupo do PS á Assembleia recomendava á Câmara Municipal, não era no sentido de proibir, não era no sentido de anular qualquer tipo de decisão, até porque não tinha poderes para isso, mas no sentido de reflectir sobre o assunto colectivamente e poder assumir uma posição, como dissera, de bom censo que permitisse conciliar os interesses e permitisse responder aos anseios e expectativas das diferentes camadas da população do Concelho do Sabugal.

O Sr. Deputado **Joaquim Carreto** interveio dizendo que face àquela intervenção não iria intervir pois o anterior orador dissera tudo o que pretendia dizer.

Tomou então a palavra o Sr. Deputado **Manuel Rito** para afirmar que o bom censo para uns era uma coisa para outros era outra, e que para si era tão claro como isso, legalmente fora aprovado por todos os pareceres com as competências legais do senhor Presidente da Câmara e agora o que se pretendia era que fosse reanalisado, das duas uma, ou para manter ou para anular.

No seu entender não era de bom censo analisar, pois não havia nada a analisar, ou sim ou sopas, ou se mantinha a decisão que o senhor Presidente já tomara legitimamente ou se anulava. Se a decisão que o senhor Presidente tomara se suspendesse o homem, o investidor ia-se embora. A questão que se punha era, tendo sido legitimamente aprovado e uma vez que havia interesses em Sortelha que se manifestavam contra isso, o que lhe parecia que o senhor Presidente da Assembleia queria dizer era que tinha que se promover um referendo em Sortelha era isso?!

Então não era uma recomendação á Câmara! A Câmara, depois de ter sido tomada uma decisão legalmente tomada pelo senhor Presidente da Câmara, até ia desautorizá-lo se fosse decidido doutra maneira.

Apesar dos interesses que se manifestassem em Sortelha agora contra as eólicas parecia-lhe, e ali o bom censo podia ser ou não do Senhor Presidente da Câmara, de bom censo, que investimento fosse feito.

Interveio de seguida o Sr. Presidente da Junta de Fóios **José Manuel Campos** para dizer que até ficara furioso na altura com o Eng.º Miguel Costa da empresa Finerge, que era a empresa que se preparava para instalar as torres eólicas nessa zona, assim como com o amigo Luís Paulo de Sortelha porque na verdade estavam previstas para os Fóios 50 ou 54 torres, o Sr. Deputado e Ex-Presidente da Câmara Manuel Rito sabia bem do que estava a falar, e, claro, começara a fazer contas de cabeça, já lhe chamavam o poço de petróleo.

Na verdade ficara furioso pelo facto de terem desistido das torres eólicas no baldio dos Fóios, não era em terrenos particulares era no baldio, e como era no baldio a renda era paga ao baldio ao conselho do baldio. Agora, quando verificara que em Sortelha haviam surgido aqueles movimentos, não querendo criticar os movimentos porque tinha que se respeitar as ideias de todos, uma coisa era certa, se fosse habitante de Sortelha, na verdade, também tinha que se prenuciar porque tal qual se viam na Internet, as torres estavam quase em volta do castelo, mas provavelmente não iram ficar tão próximas. E ainda no dia anterior estivera na zona do Soito e dos Fóios, onde também já existia um parque, e, sinceramente dizia, não lhe incomoda assim tanto.

E quando ouvira falar em cerca de 750 mil euros ou por aí, claro que também reconhecia que de facto era muito dinheiro e necessitava-se de dinheiro para desenvolver o concelho, começara a sonhar, começara a ver o tal poço de petróleo e já começava a ver queijarias, começava a ver as fábricas de transformação de carnes, já começava a ver a comercialização da castanha etc. Certamente já não ia conseguir para os Fóios, mas já estava na perspectiva de outra freguesia, porque não lhe repugnava nada, voltava a repetir, respeitava a posição de muita gente nessa perspectiva de serem muito próximas, porque para si certamente o incomodaria se as colocassem ali muito próximas dos Fóios, agora lá para a serra das Mesas lá para junto dos Espanhóis não o incomodavam.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Santo Estêvão, **Joaquim Valentim** dizendo que falava daquele assunto com algum à vontade porque tinha lá 7 eólicas. Pessoalmente e para quem sabia onde morava, era a casa mais perto de todas as eólicas e, no entanto, não o incomodavam absolutamente nada. Tomara ele que lhe aparecessem mais sete, tomara lá ter 14.

Assim, partilhava da opinião das pessoas que defendiam que era preciso mais desenvolvimento para o Concelho do Sabugal e tendo 7 na minha Freguesia tomara ter mais 7.

O Sr. Deputado **José Robalo** iniciou a sua intervenção dizendo que gostara de ouvir todos, mas que ouvia com especial atenção o Sr. Presidente da Junta dos Fóios, porque tinha um 6º ou 7º sentido e sabia o que era bom para a sua terra e sabia que as eólicas eram uma boa energia, eram um investimento para o Concelho.

E continuou dizendo que respeitava muito os movimentos de opinião e que, como dizia o António Gedeão, era a sonhar que o mundo pulava e avançava, o sonho comandava a vida e tinha que se sonhar, e aqueles movimentos de opinião deviam alertar todos muitas vezes para aquilo que se tem que fazer de bom e bonito. Era bonito, mas outra coisa era realidade com a qual se tinha de viver, e essa realidade no Concelho também passava pelas energias alternativas.

E gostava de ter visto esse movimentos de opinião, por exemplo quando em Sortelha se tinham praticado em tempos verdadeiros atentados em termos de construção que afectaram a imagem daquela Aldeia Histórica e nunca ouvira ninguém a manifestar-se, esses tais movimentos de opinião idílicos que gostavam muito de manter o património paisagístico e histórico, nunca vira esses movimentos. Agora com uma coisa que vinha dar riqueza, proporcionar desenvolvimento, ali estavam a pôr em causa esse movimento.

E concluiu dizendo que se o Sr. Presidente da Câmara já despachara favoravelmente, se já aprovara, havia criado em direito aquilo que se chamava expectativas jurídicas. O particular que fizera tudo, que desenvolvera todo o processo de candidatura para além do negócio que fizera, depois de ter sido aprovado o projecto criara expectativas jurídicas, isto é, corria-se o risco de em vez de encaixar 750 mil euros por ano o Município ter de desembolsar dinheiro.

Se fosse ele o particular que fizesse o projecto e chegado àquela altura do campeonato e ter criado expectativas jurídicas, aí teria de arranjar um bom advogado para ser indemnizado pelos prejuízos causados.

Interveio por fim a Sra. Deputada **Marisa Martins** dizendo que, depois de tantas palavras, ainda tinha uma dúvida, sobre se a não instalação ali, permitiria ao privado instalar-se noutra sítio sim ou não?

E fazia uma sugestão, tinha que se ser um bocadinho mais directos nos assuntos, não se repetir tantas vezes e não se rodear de palavras e palavras pois por isso é que as actas ficavam complicadas, porque as pessoas falavam muito e diziam pouco, era preciso ser directo nos assuntos.

Não havendo mais inscrições. O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou á votação a recomendação do grupo Municipal do PS, a qual foi reprovada com 33 votos contra, 25 abstenções e 6 votos a favor.

O Sr. Deputado **José Robalo** informou a Assembleia de que o grupo PSD votara contra aquela recomendação por entender que a mesma era contra os interesses do desenvolvimento do Concelho do Sabugal e da localidade de Sortelha propriamente dita.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou então estarem abertas as inscrições caso algum dos Srs. Deputados quisesse intervir no ponto assuntos diversos.

Interveio em primeiro lugar o Sr. Deputado **João Manata**, dizendo que vira na informação das actividades da Câmara, que a Câmara estava a pensar avançar com a obra entre açudes. No seu entender concordava plenamente com aquela obra porque achava que ia embelezar aquela zona, mas era preciso olhar para o Rio que estava na maior lástima de sempre.

Ainda recentemente, quando haviam aberto a barragem, houvera quem se aproveitara, aquilo era óleo, mais parecia um poço de petróleo... Aquilo era brutal de esgotos a céu aberto, era só chegar ali à ponte-açude, saiam esgotos de um cano havia uma série de anos, aquilo de algum lado vinha. A solução, como vinha propondo, era chegar, tapar aquilo e alguém se havia de queixar.

O Rio é que não podia de facto continuar assim, queria dizer, se se ia requalificar todo aquele espaço, e depois quem ali chegava, aquele cheiro nauseabundo a esgotos, considerava que a Câmara deveria fazer todos os esforços para tentar solucionar aquele problema.

Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara**, agradecendo ao Sr. Deputado e solicitando a ele e a qualquer outro Múncipe que o alertassem de imediato quando se apercebessem de situações como aquela, porque aquilo passava a mais, isto é, já eram sucessivas Assembleias Municipais a falar do mesmo, e pretendia actuar no terreno e de imediato.

O Sr. Deputado **Roberto Silva** interveio então para se referir a um assunto que tinha trazido já algumas vezes à Assembleia, e que dizia respeito à praia fluvial e a um possível pedido de Bandeira Azul. E isto porque continuava a pensar que enquanto se chamava lameiro o muro tinha mais gente do que tinha agora que se chamava Praia Fluvial.

Querida ainda perguntar se seria possível ou se havia alguma indicação para o aproveitamento da barragem. Sabia que estava previsto um clube náutico, que mais valias poderiam o Sabugal ter, e que capacidade teria a Câmara para fazer pressão junto do Ministério da Agricultura porque a estrada do paredão da barragem estava lamentável.

Por último, e face aos lamentáveis acontecimentos da madrugada anterior, gostaria de saber se por a caso a Câmara não tinha sistema de vídeo vigilância e, porque sabia que, em tempos, a Câmara tivera um Guarda Nocturno que fazia rondas, gostaria de saber o que se havia passado, se dera conta de alguma coisa se é que ele existia ainda.

Tomando da palavra o Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que relativamente à Praia Fluvial, com o apoio da Junta de Freguesia do Sabugal, quem lá fosse agora veria que havia mais alguma oferta de equipamentos lúdicos e de lazer naquele espaço, e que iriam proceder a uma concessão para o próximo Verão. Recentemente fizera uma visita ao local com o Presidente da Junta a qual haviam sido abordadas algumas possibilidades para melhorar o espaço no Verão.

Relativamente à questão da barragem, havia na realidade um investidor que se disponibilizava a investir num Clube Náutico. A Câmara estava a acompanhar a situação e acreditava que, em breve, poderia haver investimento privado nessa área para colocar um Clube Náutico em funcionamento

Quanto aos acontecimentos da madrugada, diria que uma coisa era o que se queria e a outra era aquilo que era imposição legal que a protecção de dados permitia fazer. O facto era que se estava num País que ia caminhando em muitas áreas para o abismo, e muitas vezes quando se pretendia defender demasiadamente o individual, acabava-se por não se poder defender o colectivo.

No que dizia respeito a um homem só na área da vigilância no Município, diria que neste momento ter um homem só não era possível e por isso o colocara noutra área.

A situação é que havia mais edifícios não era só aquele, os outros tinham realmente câmaras, tinham sistemas de vigilância, aquele edifício era o menos protegido da Câmara Municipal, apesar de ser também o mais frequentado.

Interviu de seguida o Sr. Presidente da Junta de Freguesia Sabugal **Manuel Rasteiro**, para se referir à Rua Jeremias Amaral Dias, onde os passeios, de cada vez que havia um cruzamento, o passeio tinha um metro e meio e depois passava a ter 3, originando vários acidentes, pelo que considerava que os passeios deviam ficar todos à mesma medida.

Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara Municipal** dizendo que era um alerta.

A intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Bismula, **José Vaz** teve como tema o 25 de Abril.

Via que os ânimos naquela Assembleia também estavam um pouco turvados e muito pouco se falava do essencial.

Recordar Abril era viver aquela longa madrugada com a brisa fria, era recordar a angústia e, porque não dizer, o medo que transbordava dos olhares dos Comandantes militares que se fizeram a estrada rumo ao desconhecido, era recordar a alegria que como uma onda epidémica começara a varrer Lisboa contagiando todos, era recordar esses momentos de indecisão vividos no Cargo do Carmo até à rendição do bastião do antigo regime e como com essa rendição o sol brilhara para todos os Portugueses.

Mas a revolução seguira por um caminho áspero e sinuoso e muitas tinham sido as tentativas de desvio e as entorses até ao 25 de Novembro data igualmente muito importante e necessária para repensar o caminho a seguir, altura em que o então Coronel Ramalho Eanes, ao lema do barco, o conduzira a bom porto.

Hoje, por vezes, as palavras eram diminutas perante a vastidão da circunstância que as envolvia, contudo o 25 de Abril, essa bonita história que os jovens de hoje ouviam contar, tivera muitos altos e baixos no seu percurso, era uma história de gente abnegada, responsável e altruísta. Agora havia gente que mordida em Abril e em tudo o que ele significara, porque tinham plena liberdade para o fazer, assim todos soubessem defender a liberdade conquistada. Ele e por certos muitos outros que estavam presentes viviam um sonho, o sonho que havia 36 anos vivia consigo, o sonho que não podia deixar de viver e por isso continuaria a gritar saudando fraternalmente o movimento de 25 de Abril sem menosprezar o 25 de Novembro.

E terminou perguntando ao Sr. Presidente do Município, porque ouvira dizer, com um pouco de incompreensão, sobre as limpezas das bermas das estradas de tão má memória do mandato anterior, porque não haviam sido limpas pelo menos em condições, que a Câmara estaria a contratar empresas para as limparem. Ora, considerava que isso constava da delegação de competências feita pelo Município, e por isso perguntava se efectivamente estava ou não estava concedida a delegação de competências nos moldes antigos como fora afirmado por Sua Ex.^a, aos Presidentes de Junta, porque já começara a dar andamento nesse sentido.

Tomando a palavra, o Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que não se tratava de rumores. Numa das reuniões que as Juntas de Freguesia faziam antes da Assembleia Municipal comunicara que a limpeza das bermas e valetas das estradas municipais, não era só o corte da erva como vulgarmente se fazia, mas também a limpeza de alguns troços, seria contratualizada pela Câmara Municipal, bem como também informara que o mesmo se passaria com a questão das roturas de água.

Aquelas tarefas eram feitas em tempos pelas Juntas, mas já havia dois anos que tinha passado para as equipas de sapadores Florestais. Mas no ano que corria, com as chuvadas, verificava-se que não chegava cortar ervas, era necessário fazer uma intervenção maior. Assim a Câmara ia verificar as vias municipais e actuar, segundo prioridades com os serviços de empresas especializadas na matéria.

Quanto às delegações de competências, estas seriam realizadas quando as duas partes o entendessem e neste caso entendia a Câmara Municipal que não era a melhor maneira de o fazer.

Interveio de seguida o Sr. Presidente da Junta dos Fóios **José Manuel Campos** dizendo que havia redigido um artigo, que mandara para o Capeia Arraiana e paro o 5 quinas, sobre os passeios junto da barragem no Sabugal, próximo do paredão da barragem. Verificara, ele e as pessoas que o acompanhavam, que as estradas estavam estragadas e os passeios se encontravam cheios de silvas, os giestais enormes e cheios de lixo. Sabia que a responsabilidade não seria certamente da Câmara, mas que teria a obrigação de chamar a atenção a quem de direito de modo a que se tornasse um miradouro apetecível e bonito onde as pessoas gostassem de ir, porque era um local onde efectivamente ia muita gente.

Queriu também mais uma vez chamar a atenção da Câmara Municipal para o tal labirinto que já muitas vezes fora tratado pelo Sr. Deputado Francisco Bárrios, de Aldeia Velha, Lageosa, Aldeia do Bispo e Forcalhos. Ainda havia poucos dias tivera

conhecimento de um indivíduo que se metera por ali a dentro completamente descontrolado. Já tantas vezes se falara naquilo, ia ver-se se se arrancava de uma vez por todas com a obra, pois não seria assim uma obra assim tão cara e se todos a pediam era porque efectivamente se justificava.

E continuou referindo-se ao caso da zona do viveiro das trutas, quando se saia onde todos sabiam já tinham acontecido alguns acidentes. A colocação ali de uma protecção dignificaria todos e certamente se iriam evitar alguns acidentes.

Queria ainda perguntar se seria possível, nas localidades onde existiam semáforos e mesmo naquelas onde não existiam nem se previa que viessem a ser instalados, serem colocadas lombas, pois via em Vale Verde Del Fresno ali ao lado, e perdoassem por falar tantas vezes na Espanha mas numa maneira geral via bons exemplos do lado de lá, lombas em cimento bastante largas, não havia ninguém que passasse a grande velocidade. Verificava e falava da sua aldeia, que os Fóios eram atravessados por uma estrada concelhia bastante recta tanto de um lado como do outro e claro estava a falar porque já varias pessoas lhe haviam chamado a atenção, se não seria possível colocar uma lomba. Não sabia até que ponto era legal e por isso não se atrevera a avançar, enquanto Junta de Freguesia, mas gostava que a Câmara analisasse essa hipótese.

Por último também se queria congratular o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo Camarário, porque pensava que era uma medida do Executivo, pelo facto de naquele dia lhe terem sido dados os documentos onde constavam números de telemóvel que haviam sido atribuídos a cada Freguesia, assim como também outra folha onde constavam números dos telemóveis dos Serviços Municipais. Chamava a isso serviço de proximidade e julgava que iria ser mais um passo importante no sentido do progresso.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** interveio para solicitar aos Srs. Deputados ainda inscritos para tentarem ser o mais concisos possível na sua intervenção porque naquele momento se estavam a atingir as duas 2 horas no período de antes da ordem dia e voltava a chamar a atenção para o facto de que legalmente aquele período não deveria ultrapassar 60 minutos.

Tomando da palavra o Sr. **Presidente da Câmara** respondeu ao Sr. Presidente da Junta dos Fóios dizendo que, quanto à questão da barragem, se não fosse a Câmara a limpar ninguém limpava, mas, obviamente havia prioridades. E aproveitava para completar a resposta ao Sr. Deputado ao Roberto Silva, dizendo-lhe que já fora elaborado, já estava em fase final, um projecto pelo INAG, um compromisso com a Câmara Municipal ainda do tempo da feitura do plano de ordenamento da Albufeira, um projecto bonito que também iria facilitar a utilização daquele espaço e que era uma ciclo via desde o paredão da barragem até Malcata. Estivera no INAG e pedira para também ser feito esse trabalho em conjugação, ir-se-ia ver se havia possibilidades de o candidatar, mas gostava também por outro lado colocar no local do Gravato um memorial do Gravato para o próximo ano que fosse possível ser avistado do outro lado da ciclo via.

Quanto ao labirinto era um situação referenciada ali muitas vezes e não esquecia que o Sr. Deputado Francisco Bárrios pedira para se fazer um estudo de alterações Quanto aos rails de protecção nas vias, era um preocupação que tinha também, as coisas às vezes não avançavam tão depressa como se queria.

Quanto à semaforização e o controlo de tráfego nas localidades, na altura também se pintaram as passadeiras Era uma questão de conciliar o óptimo com o razoável, mas gostaria de ser simpático quer para os automobilistas quer para os transeuntes.

Quanto à última questão, era uma questão de justiça pôr as Juntas de Freguesias em contacto directo com os eleitores e com os serviços da Autarquia numa relação, numa comunicação biunívoca entre as Juntas e a Câmara.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Malcata **Vitor Fernandes** começou a sua intervenção sugerindo que nas Actas, tal como sucedia com os Deputados que eram identificados pelo seu nome, também os Presidentes das Juntas de Freguesia deviam ter o seu nome identificado.

Relativamente á barragem, o Sr. Presidente tinha acabado de informar que iria ser construída um ciclo via e um percurso pedonal, com o qual concordava, mas em relação à pesca na barragem, fazia uma sugestão á Câmara para analisar ou mandar analisar esta situação. Na verdade a barragem era considerada “truteira” e só tinha 3 meses de pesca, pois em Julho a pesca na barragem acabava. Seria mais vantajoso para o Concelho do Sabugal haver só 3 meses de pesca na barragem sem trutas, pois era truteira, mas não tinha trutas, toda a gente sabia isso, ou seria mais favorável para o turismo e para o Concelho do Sabugal se a barragem fosse uma barragem em que se permitisse a pesca normal, mais prolongada?

Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** dizendo que no exercício do poder executivo tinha que se dotar sempre de bons conselheiros e de boas estruturas de apoio e que para a questão da pesca considerava uma associação que recentemente fora criada que era a Côa Caça. Assim, o Presidente da Câmara nunca trabalhava sozinho e iria trabalhar com a Côa Caça no sentido de otimizar isso porque, acima de tudo, se queria que a pesca e a caça fossem motivo para visitar o Concelho, motivo de valorização do Concelho, de promoção e de criação de riqueza.

Usou então da palavra o Sr. Deputado **Joaquim Brázia** dizendo que trazia ali algumas propostas.

Em primeiro lugar quanto a estacionamento, concretamente no Largo da Fonte, propunha que se fizessem umas riscas no chão, aquilo era paralelos, de outra cor, o que faria com que se organizasse o estacionamento. O problema não era só ali, pois na lateral da Câmara ao pé da loja do senhor Joaquim Nabais era frequente quem ia à Câmara estacionar mesmo ali em frente á loja.

Em segundo lugar gostaria de pegar novamente na estrada de Vila Boa que já várias vezes ali fora falada e ia repetir. Ia pela estrada fora, do Sabugal até Vila Boa, e via que estavam a fazer valetas e congratulava-se com isso e achava muito bem as bermas em cimento, pois isso só significava que efectivamente havia dinheiro. Mas o que queria dizer era que até agora as desculpas que tinham sido dadas era que não havia dinheiro para asfaltar o pequeno troço de Vila Boa a Rendo e por aí fora, nas várias Aldeias. Achava que deveriam chamar a atenção das Estradas de Portugal e fazer-lhes ver que afinal havia dinheiro quando havia vontade.

Em resposta o Sr. **Presidente da Câmara** disse que tinha tomado nota das questões do estacionamento.

Relativamente a Vila Boa e aos troços, falava já de uma reunião realizada no dia 12 de Março em que, entre outros assuntos importantes para o Concelho que abordara com as Estradas de Portugal, tinha havido duas situações para as quais solicitara encarecidamente a resolução, uma era relativa à estrada Sabugal-Vilar Formoso e a outra era o troço de Caria. Sabia que a

Câmara de Belmonte já adjudicara a obra, e pensava que o estaleiro já estaria instalado e as obras iriam começar logo que o tempo o permitisse.

São situações importantes porque as Estradas de Portugal diziam que aquele troço era da Câmara Municipal de Belmonte, a Câmara de Belmonte dizia que não, que havia sido outro tipo de viaturas que haviam estragado a estrada. Agora, de uma forma ou da outra este troço iria ser repavimentado e para bem das pessoas que visitavam o Concelho e Sortelha. Até dissera aos senhores das Estradas de Portugal que se não fizessem a repavimentação era preferível arrancar a placa Sabugal e pô-la na rotunda da Guarda porque estar a enganar as pessoas não era bonito.

Tinha havido uma maquilhagem na altura do Europeu de ciclismo Sub 23, mas isso não chegava, era necessário fazer obras de fundo. A decisão não dependia já da Guarda, mas de Coimbra, mas de qualquer forma o que se queria era aquele troço de estrada reparada com urgência.

O Sr. Deputado **Francisco Bárrios** interveio então começando por dizer que 4 ou 5 dias antes das eleições autárquicas se deslocava com amigos de Aldeia Velha para Aldeia do Bispo, chovendo torrencialmente, e os empregados da firma que andava a deitar alcatrão andavam de enxada e de pá a trabalhar. Haviam comentado que aquilo era digno de passar na TV, até dava pena, lembrava o tempo da escravatura. Tinham vindo as eleições, passado uma semana o empreiteiro e os seus empregados mudaram-se de lá de armas e bagagens, não sabia para onde, deviam ser férias, aquelas estradas já estavam na altura, a seguir às eleições, ponteadas, tinham o eixo da via todo ponteado, portanto preparado para levar o traço contínuo ou descontínuo. Gostava de saber o que é que se passara que levava a esse abandono das estradas passados seis meses.

O outro assunto prendia-se com o polivalente que se encontrava na zona do cemitério, pois considerava que aquela zona estava uma zona muito bonita, era uma zona verde que prestigiava a própria Cidade. E pensava que aquele polivalente ou cimentado com aquelas escadarias ou aquelas bancadas, a si o que lhe parecia era que não fora nenhum Eng^o a fazer o projecto, não era preciso porque ninguém lá jogava e as escadas também não eram necessárias porque ninguém se lá sentava. Tinha a impressão que aquela obra estava ali complementarmente desenquadrada numa zona que considerava bonita, e às vezes havia casos em que a melhor maneira de fazer era desfazer. A Câmara em tempos tirara as barracas em frente ao tribunal e fizera bem. Também lá havia um cimentado, muito parecido com aquele, que também fora tirado e ninguém lá jogava. Hoje a realidade era outra. Talvez há 20 anos fossem precisos pois não havia sítios para jogar.

Por fim, queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se sabia, tinha ouvido rumores, se se passava alguma coisa com o saneamento de Aldeia do Bispo que aquilo não esgotava, até já havia comunicados na Net ou abaixo assinados.

Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** informando que parecia ser uma situação de entupimento e estavam a trabalhar os serviços da Câmara na resolução do problema. Tinham-lhe comunicado, estavam no local, em cima do acontecimento e esperava que fosse resolvido rapidamente.

Quanto à estrada de Aldeia do Bispo, o que havia levado não fora uma repavimentação, fora uma camada de celurid e se não estavam pintadas deveriam estar.

Relativamente ao cimentado na zona do cemitério, aquilo era uma obra do S. C. do Sabugal. Na altura fora entregue á Câmara, a sede do Concelho tinha muitas Associações que solicitavam espaços. Aquele fora solicitado e cedido aos Escuteiros. Considerava até que estes mereciam um espaço muito melhor. Eles não tinham querido demolir, tinham querido utilizar aquilo como salas no interior. Portanto iam fazer obras, dignificar, o espaço no seu interior e, com certeza, iam utilizar o jardim para actividades e o campo cimentado para jogarem.

Pensava que iriam dar vida também a um espaço que normalmente não tinha muita vida, e pensava que havendo algum espaço disponível para ceder às associações, era preferível dar-lhe uma operação de maquilhagem para o efeito e que em vez dos escuteiros estarem num pré fabricado atrás do espaço da biblioteca, pudessem ter um espaço que era deles.

Lembrava que o grupo etnográfico também tinha a sua sede junto à chamada antiga cadeia, também já estava ali e podia ser que com o tempo fossem para lá mais associações se a Câmara tivesse possibilidade de os receber.

Usou da palavra o Sr. Deputado **António Gata** para falar sobre 3 assuntos, dois dos quais já haviam sido abordados por outros membros.

O primeiro prendia-se com a autêntica vergonha que era a estrada Sabugal-Vilar Formoso, dentro do Concelho. Constava que a tal maquilhagem que o Sr. Presidente da Câmara falara para passarem meia dúzia de ciclistas uns tempos a trás, teria sido pedido da Câmara. Não acreditava nisso e mais triste ficaria se soubesse que isso seria verdade.

Queria deixar à Assembleia Municipal um repto, embora não soubesse se teria ou não sentido deixar um repto à Assembleia Municipal, que daquela sala saísse uma posição muito forte e muito veemente contra o Instituto de Estradas de Portugal, pela vergonha, pela maneira vergonhosa, pela forma desonesta e inacreditável como estavam a tratar o Concelho. Estava muito bem pensar nos problemas de concelho de Belmonte, também lá passava muitas vezes, mas eram problemas deles, mas pensava que se devia era defender os problemas do Concelho e os problemas do Sabugal.

Aquele troço de estrada era uma vergonha para todos nós e lançava um repto a todos para que se unissem e chamassem as coisas pelo nome ao Instituto de Estradas de Portugal.

Quanto ao já célebre óleo no rio, há 30 anos que ouvia falar nisso, não acreditava que não houvesse maneira de resolver aquilo.

Concluía dizendo que no sábado anterior estivera naquela sala, participara e ficara muito satisfeito por ter participado na primeira entronização da Confraria do Bucho do Sabugal. Ficara confrade, participara apenas por amizade, mas acabara por vir ali e sentia-se agora de corpo e alma e de coração nesse movimento e nessa proposta que, pensava, podia trazer ao Concelho do Sabugal muitos bons resultados. Acreditava que os produtos endógenos, as tradições, seriam as potencialidades que levariam a dar o salto em frente que todos queriam. Acreditava assim que a Confraria do Bucho tinha muito para dar ao Concelho e esse era é o seu desejo e a sua vontade.

No uso da palavra o Sr. **Presidente da Câmara** começou por responder à questão do óleo, dizendo que, a Câmara tinha na Internet o espaço “*a minha rua*”, pedindo o favor de inserirem ali esses casos logo que os detectassem.

Quanto à questão da estrada era evidente que o preocupava e se Assembleia Municipal entendesse que devia tomar uma posição, para si era um conforto, porque ia ter uma reunião com o Secretário de Estado, Paulo de Campos para falar dessa e de outras e obviamente que se levasse esse documento era uma maravilha. Mas compreendessem que não iria utilizar aquela linguagem, nem a utilizava com ninguém. Agora tudo o que viesse de apoio à causa sabugalense, obviamente que era sempre para si um reforço de posição.

Para terminar e sobre as qualidades da Confraria do Bucho, ia apenas em seu nome pessoal e do executivo dizer que a Câmara estaria sempre com eles e que esperava que seguissem no caminho da promoção.

A Sra. Deputada **Marisa Martins** interveio para dizer que virava muitas vezes para a Quarta-feira e aquela rotunda não tinha explicação, pedia desculpa, mas àquele engenheiro o curso devia ter-lhe saído “no Omo”, porque se não, não fazia sentido nenhum. Não sabia se a Câmara podia fazer alguma coisa em relação a isso.

Pretendia saber qual tinha sido o balanço do “Limpar Sabugal”.

Por último perguntava em que estado estava o início das obras no Vale da Carreta, da Hasta Pública de 8 de Agosto de 2008, pois presumia que teriam dois anos para dar início às obras e portanto esse prazo estava a terminar e queria saber se as obras arrancavam ou não?

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu dizendo que tinham dois anos para dar início às obras, salvo motivos de força maior que tinham de comunicar à Câmara. Havia já um proprietário de lote que fizera essa comunicação à Câmara, devidamente justificada e a Câmara aceitara a mesma.

Quanto à ilha de Águas Belas, havia muitas ilhas por aí, também não lhe agradava, até já fora motivo para uma peça do Grupo de teatro da Quarta-Feira, Guardiães da Lua, para uma das Famas que haviam feito anos atrás no Carnaval.

Quanto ao “Sabugal Limpo” fora um sucesso que não terminara, que queria que continuasse, tanto com o apoio das Juntas como dos municípios, porque realmente se houvesse essa atenção para um concelho limpo, livre dessa promiscuidade que por aí ia nas matas, estariam todos melhor, estariam todos de parabéns. Aquela iniciativa para além do impacto real que tivera sobre a limpeza, pretendia também ser um alerta e também lançar alguma pedagogia nos municípios. Houvera uma freguesia que no Sábado limpara e na Segunda-feira já tinha lá mais uma carrada de lixo. Havia sido recolhido cerca de 150 toneladas de lixo, mas havia muito mais e era preciso uma consciencialização cívica e ambiental para que pudessem levar por diante essa enorme tarefa de limpeza de um concelho enorme como o Sabugal.

O Sr. Presidente da Junta da Rebolosa, **Manuel Barros** interveio dizendo que não tendo podido estar na reunião de Juntas, onde ia quase sempre, queria ser esclarecido sobre duas questões.

Uma tinha a ver com a limpeza das bermas e valetas. Se a intenção era fazer uma intervenção mais profunda nas valetas, achava muito bem, já devia ter sido feita há muito tempo. Mas só esperava que não estivessem anos à espera daquela intervenção e que o mato fosse crescendo como acontecera em algumas estradas da sua freguesia, que tinham estado anos sem serem limpas.

O outro assunto tinha a ver com a manutenção da rede de águas. Gostava de saber do pagamento das despesas feitas, pois, como todos os anos na delegação de competências, haviam mudado cerca de 100 contadores até ao momento, eram despesas que tinham que pagar. Ora se entrara em vigor no início do ano deveriam ter sido informados, porque até àquele dia a Câmara sempre transferira aquelas verbas para as Juntas de Freguesia, aliás vinham na mesma transferência, a limpeza urbana e a manutenção da rede de águas. Se haviam decidido assim, deviam ter sido informados, pois havia compromissos assumidos com pessoas que tratam disso.

Também queria saber se a Câmara tinha capacidade para resolver muitos desses problemas, à noite, nos fins-de-semana, quando chegavam emigrantes ou pessoas que não viviam na freguesia e não tinham água, se a Câmara lhes ia resolver o problema como as Juntas o resolviam.

Respondendo às questões colocadas, o Sr. **Presidente da Câmara** disse que a Câmara assumira e fizera um compasso de espera para que houvesse entendimento e houvesse contribuições relativamente à situação de água. Se a Câmara o fizera era porque ia ter que o fazer, ia ter que o assumir, ia ter que fazer “das tripas coração” para fazer melhor do que aquilo que tinha sido feito. Alertava que essa situação tinha a ver com o facto de que havia 50 % das Juntas de Freguesia que tinham aceite e outras 50 % que não. Obviamente se havia despesas em 2010 relativamente a contadores, com certeza que era alguma situação excepcional, seriam ressarcidos dessa verba.

As bermas e valetas era a mesma coisa, era para tentar fazer melhor, agora uma coisa garantia, se era para fazer melhor e havia alguma situação de fundo, não podia ser tudo ao mesmo tempo, tinha que haver prioridades nas vias. E também queria alertar para uma situação, que era o facto de haver algumas freguesias, que tinham meios e tinham equipas de sapadores florestais, e havia associações no Concelho que tinham equipas de sapadores florestais.

Esta equipas eram subsidiadas pela Câmara, que estava a pagar cerca de 90.000 euros por ano, e pensava que teria que se ter também uma nova atitude relativamente a esses 40 profissionais que faziam um bom trabalho, mas que teriam também que contribuir para o Município e fá-lo-iam com certeza.

Não havendo mais inscrições, o Sr. **Presidente da Assembleia** deu por encerrado o ponto de Assuntos Diversos do período Antes da Ordem do Dia, passando ao período da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

PONTO I — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS CONTAS RELATIVA AO ANO DE 2009 E APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS;

O Sr. **Presidente da Assembleia** solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que apresentasse este ponto.

Na sua intervenção o Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que o documento fora distribuído tanto em formato digital como em papel, a introdução definia a forma como ele era apresentado. De acordo com alínea e) do n.º 2 do artigo 64º da lei

169 de 18 de Setembro, alterada pela lei 5 A/2002, tinham sido elaboradas os documentos de prestações de contas, relativos ao ano 2009 tendo em vista o controle político da Assembleia Municipal, o controle Jurisdicional do Tribunal de Contas, assim como o controle administrativo da verificação da legalidade por parte dos órgãos de Tutela da Administração Pública Central.

A Lei 2/2007 de 15 de Janeiro de 2007, estabelecia o regime financeiro dos Municípios e Freguesias, e nos termos do n.º 1 e n.º 3 o Município do Sabugal possuía património e finanças próprias cuja gestão competia aos respectivos órgãos. Em conformidade com o disposto anteriormente o executivo do Município do Sabugal, apresentava para apreciação e votação o relatório de gestão, o balanço, administração de resultados, os anexos e verificação de reflexos de caixa, relativamente ao exercício que terminara a 31 de Dezembro de 2009.

Se os Srs. Deputados haviam analisado os documentos teriam verificado que havia um resultado líquido de exercício negativo, de cerca de trezentos mil euros, resultado esse que ao longo dos últimos anos tinha vindo a decrescer.

Chegara-se a um resultado negativo também em função dos recursos disponibilizados para a gestão de novos equipamentos que iam tendo e também do facto das transferências correntes para determinadas Associações e serviços de proximidade serem feitos numa escala evolutiva cada vez maior.

Tinham presentes os mapas de execução, de receita e despesa corrente como receita e despesa do capital e aquilo que propunha era que aprovassem a conta de gerência do ano 2009 e que o exercício justificado pela forma que referira, passasse para resultados transitados.

E concluiu ressaltando o facto de não haver durante o ano 2009 qualquer receita das previstas do quadro comunitário. O investimento fora feito muito graças aos empréstimos e à utilização dos empréstimos e não houvera entrada de recursos financeiros do QREN. Assim, ficava disponível para responder a qualquer questão, bem como os técnicos que estavam presentes e que haviam elaborado as contas, no caso de haver alguma questão mais técnica.

O Sr. **Presidente da Assembleia** abriu então um período de inscrições para quem se quisesse pronunciar sobre aquele ponto.

Não havendo inscrições colocou à votação a conta de gerência, a qual foi aprovada com 27 abstenções e nenhum voto contra.

Foi de seguida colocada à votação a aplicação dos resultados líquidos, a qual foi aprovada com 27 abstenções e nenhum voto contra.

Antes de passar ao ponto 2 o Sr. Presidente da Assembleia informou que aquela ordem de trabalhos fora o resultado da reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal que se realizara no dia 16.

PONTO 2 — AUTORIZAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO NO AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DA BEIRA INTERIOR NORTE E DIPUTACION PROVINCIAL DE SALAMANCA E APROVAÇÃO DOS RESPECTIVOS ESTATUTOS E CONVÉNIO.

Para apresentação deste Ponto, o Sr. **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** que informou ser aquele um passo natural no seguimento do trabalho desenvolvido pela comunidade de trabalho existente, chegando-se ao momento de constituição do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial.

Para isso tornava-se necessária a aprovação por parte da Assembleia Municipal para que fosse possível integrar juntamente com outros municípios da Beira Interior Norte, este Agrupamento Europeu no sentido de chegar com mais facilidade ao programa, ao POCDEP antigo INTEREG e às acções a desenvolver pela comunidade de trabalho.

O Sr. **Presidente da Assembleia** abriu então um período de inscrições para quem se quisesse pronunciar sobre aquele ponto.

Iniciou o período de intervenções o Sr. Deputado **António Gata** para dizer que ia votar a favor do ponto da ordem de trabalhos, mas gostava de colocar ali duas questões para seu esclarecimento e para o seu sentido de voto ficar em consonância. Relativamente à sede da Associação, verificava que seria em Vilar Formoso e não podia deixar de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se houvera algum trabalho para tentar colocá-la no Sabugal. O Concelho até tinha condições, tinha o Centro de Negócios do Soito, onde se podiam oferecer condições para a instalação da sede, tinha várias estradas que iam para Espanha, tinha até mais do que o concelho de Almeida.

A última questão, era saber si ia haver funcionários na sede, em Vilar Formoso.

Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** dizendo que, quanto à questão dos funcionários, o avanço dos projectos e das propostas iria levar a que houvesse a constituição de um quadro. Evidentemente que estaria sempre na defesa do Concelho do Sabugal como local para este tipo de associações e agrupamentos, mas não se podia esconder a centralidade no âmbito da Beira Interior Norte do concelho de Almeida. Aquela afirmação não significava uma defesa do concelho de Almeida, com certeza que o Sabugal tinha outras centralidades sendo um concelho charneira entre a Beira Interior Norte e a Beira Interior Sul, mas naquele particular o concelho de Almeida tinha uma centralidade que não tinha o Concelho do Sabugal.

Acima de tudo era necessário pensar num território a nível global e pensar global e não local, naquele tipo de projecto. Estaria sempre na linha da frente, sempre que fosse possível enquadrar no concelho serviços e promoção, e queria acrescentar que para além daquele agrupamento havia também um agrupamento muito importante, ao qual já haviam aderido vinte e tal freguesias do concelho do Sabugal, que era o Duero-Douro e também estavam a preparar e talvez viesse à Assembleia, um convénio com Penamacor, com o Alto Águeda e a Sierra de Gata, estes quatro territórios, um pequeno convénio de tipologia agrupamento europeu com outros objectivos, tendo a Serra da Malcata e a Serra de Gata como pano de fundo.

Interveio então o Sr. Presidente da Junta dos Fóios **José Manuel Campos** para dizer que como se costumava dizer “não há miséria que não resulte em fartura”. Já havia dois AECTs, e esperava que os dois conseguissem trazer progresso e desenvolvimento o concelho pois era só por isso que tinham sido criados.

No caso do AECT do Duero-Douro, onde estavam integradas 24 ou 25 freguesias do concelho, com mais duas ou três com intenção de aderirem, também lamentava e lamentaria sempre que a Câmara não tivesse aderido, como outros municípios da

raia haviam aderido. A Câmara do Sabugal dissera que também estava à espera de criar, provavelmente o que agora era apresentado, não via inconveniente, muito pelo contrário, antes dois que nenhum, ia-se ver era se entre os dois se ia fazer alguma coisa, se entre os dois se ia apertar bem de modo a que houvesse efectivamente algum sumo, viesse através de um, ou de outro, o que era conveniente e necessário era que viesse progresso e desenvolvimento para o concelho.

Pedia, por último ao Sr. Presidente que continuasse a apadrinhar as Juntas de Freguesia, relativamente ao Douro-Duero, pois a Câmara tinha uma palavra a dizer. As Juntas estavam empenhadas, os associados pagavam uma quota de 1000 euros por ano e ia-se ver se não a desperdiçavam, e por isso apelava para que dessem as mãos e as apertassem de modo a que se conseguisse atingir os objectivos.

Para o novo AECT, desejava as maiores felicidades e certamente que alguma coisa se iria conseguir.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que quanto ao Douro-Duero, tinha que se ver a natureza e a dimensão, e a geografia dos agrupamentos, pois aquele era um agrupamento que começava no Norte, em Trás dos Montes e terminava ali no Sabugal do lado Português e começava também em Castilha—Leon, Norte, em Travanca e vinha até Naves-Frias.

Quanto ao ali apresentado, era um agrupamento que tinha a província de Salamanca e tinha nove municípios da Beira Interior Norte. Aquele a que também se havia referido, era mais local, de projectos de proximidade. E concluiu dizendo que, mesmo nos agrupamentos europeus, considerava que se tinha de encontrar complementaridade das situações porque eram realmente níveis diferentes de execução prática de actividades e de projectos.

O Sr. Deputado **António Gata** usou novamente da palavra, face a um comentário surgido na Assembleia, dizendo que não queria criar polémica com o Sr. Deputado Manuel Rito, não queria nem iria haver possibilidade de isso acontecer. Quando queria falar inscrevia-se, pedia a palavra, e, contrariando aquilo que dissera o Sr. Presidente da Câmara, tinha-se por uma pessoa educada.

De qualquer forma queria só registar que os documentos que ali tinha e que tinham servido de suporte à sus intervenção, não lhe permitiam saber em que altura é que haviam decorrido as negociações para a instalação daquela associação, não sabia se no actual mandato se no anterior. O Sr. Presidente da Câmara e muito bem respondera-lhe e ficara satisfeito, mas também ficara satisfeito, apesar da intervenção ter sido feita fora de tempo, por saber que o Sr. Deputado Manuel Rito tudo tentara, enquanto Presidente da Câmara, para que a sede dessa associação viesse para o Concelho do Sabugal e quando se tentava e não se conseguia, só tinha era que se render homenagem a quem fazia esse trabalho. Por isso rendia as suas homenagens ao Sr. Deputado Manuel Rito, porque acabava de lhe dizer que fizera tudo o que estivera ao seu alcance, não conseguira, paciência.

O Sr. **Presidente da Assembleia**, colocou a proposta à votação, tendo a mesmo sido aprovado por unanimidade.

PONTO 3 — REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DAS MARGENS DO RIO CÔA, ENTRE A PONTE AÇUDE E A PRAIA FLUVIAL.

Tomando a palavra o Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que aquele era um projecto muito ambicionado e, no momento em que fora colocado a concurso, era um projecto que fazia parte da contratualização da COMURBEIRAS, com financiamento de 80%, e com preço base de concurso de 818.000 euros.

No entanto, como não se ia com certeza ter oportunidade de o realizar durante o ano de 2010, era necessária uma autorização da Assembleia para repartição de encargos para o ano financeiro de 2011 e era nesse sentido que vinha ali para ser aprovada aquela autorização.

Não havendo pedidos de intervenção, o Sr. **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

PONTO 4 – CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS PARLAMENTARES, NOS TERMOS DO REGIMENTO.

O Sr. **Presidente da Assembleia** esclareceu os Srs. Deputados sobre o agendamento daquele, porque o regimento que estava em vigor, e que naquele caso concreto era idêntico ao regimento anterior, estabelecia regras para a constituição dos grupos municipais, isto é, naquele momento e de acordo com o regimento e com a lei em vigor, verdadeiramente a Assembleia Municipal não tinha grupos municipais, apesar das pessoas terem sido eleitas integrando uma lista de um determinado partido, pois isso, não constituía de forma automática um grupo municipal (procedeu então à leitura do que era um grupo municipal).

Portanto, e naturalmente não seria ali que se iriam constituir os grupos municipais, pedia aos Srs. Deputados que estivessem interessados em constituir um grupo municipal que o fizessem nos termos do artigo 53º do regimento, no sentido de se poder, legalmente, constitui-los.

E concluiu dizendo que, como antes da Assembleia seguinte haveria uma nova reunião da comissão permanente, o que pedia era que até à realização dessa comissão permanente, os grupos municipais que estivessem interessados em se constituir, o fizessem, para que na referida reunião e na Assembleia Municipal de Junho já fosse possível funcionar com grupos municipais constituídos de acordo com o regimento e com a lei.

PONTO 5 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA 2010;

O Sr. **Presidente da Assembleia** informou que aquele Plano de Acção fora apresentado pela mesa da Assembleia na reunião da Comissão Permanente, tendo sido aprovado por unanimidade, no sentido de ser trazido ali à Assembleia.

E continuou dizendo que, para além das datas previsionais de realização das reuniões da Comissão Permanente e das sessões ordinárias da Assembleia Municipal, tinha três propostas: duas visitas, uma visita à Reserva Natural da Serra da Malcata, que se propunha ser no dia 5 de Junho, por ser aquele o dia mundial do Ambiente e ser aquela a forma da Assembleia Municipal e dos Srs. Deputados Municipais, se assim o quisessem, comemorar aquele dia; e depois uma outra visita às Termas do Cró, que tinha uma data provisional, a 25 de Setembro.

Para além disso, propunha-se para os Srs. Deputados que estivessem interessados, um encontro de Natal da Assembleia Municipal a realizar numa data em Dezembro e também uma outra proposta, a realização daquilo que fora chamado a Assembleia Sénior, pois tendo o Concelho uma população idosa em tão grande numero, seria mais lógico começarmos pela Assembleia Sénior e depois pela Assembleia Júnior. Os representantes dos idosos viriam ali, discutiriam os problemas que se colocavam à população mais idosa do concelho e fariam também um conjunto de recomendações quer à Assembleia Municipal, quer à Câmara Municipal. A ideia que ficara da comissão permanente, era que era uma ideia para levar à frente, propunha-se a data de 1 de Outubro porque esse era o dia mundial do idoso, portanto era uma forma de comemorar esse dia, mas ficara previsto que, caso o Plano de Acção fosse aprovado, se faria em 2011 uma Assembleia Municipal Júnior e se fariam alternadamente as Assembleias Sénior e Júnior.

O Sr. Deputado **Manuel Rito** questionou o Presidente da Assembleia sobre se, na sua opinião, as visitas propostas para os membros da Assembleia dariam direito a senha de presença, ao que o Sr. **Presidente da Assembleia** respondeu que naquele momento não sabia, teria de consultar os serviços municipais para depois lhe responder, mas, no seu entender, sendo uma actividade da Assembleia Municipal deveriam ter direito.

O Sr. Deputado **Manuel Rito** disse então que, sendo assim, votava contra.

Solicitou a palavra a Sra. Deputada **Ana Domingues** para dizer que em relação ao Plano de Acção, por acaso vira que tudo era previsional, nem fazia sentido estar ali na tabela, porque todos sabiam que de quando em quando era preciso fazer as Assembleias, por isso era só fazer contas.

Relativamente às reuniões da comissão permanente, gostava que lhe dissesse a si e à Assembleia, o porquê da necessidade destas reuniões, sempre antes das Assembleias Municipais e o que é que isso realmente implicava, se havia gatos inerentes à realização destas reuniões.

Respondeu o Sr. **Presidente da Assembleia** lendo o artigo 52º do Regimento em vigor e dizendo que era tantas vezes acusado de não cumprir o regimento, mas era muito rigoroso, a partir do momento que o regimento entrara em vigor, estava em vigor, cumpria-se. Se isso implicava despesas ou não, era assim que funcionava.

Quanto à outra questão que levantara, das datas previsionais, compreenderia que sendo as sessões da Assembleias Municipais marcadas em coordenação com a Câmara Municipal e tendo em atenção que se estava a prever datas de realização das Assembleias Municipais, seria um bocado mal educado estar ali a aprovar um plano de acção em que se impusesse sem qualquer possibilidade de retorno à Câmara Municipal as datas. Considerava que não se podiam impor datas a terceiros e também não podia estar a negociar com ninguém estas datas, sem previamente saber se Assembleia Municipal concordava com aquele Plano de Acção ou não.

A Sra. Deputada **Marisa Martins** interveio dizendo que em relação à participação de jovens e idosos nas Assembleias, em muitas assembleias eram convidadas turmas das escolas a participar, mas ali era de noite, era capaz de ser um pouco mais difícil. Em relação às visitas, não concordava que fossem pagas senhas de presença, quando muito um “lanchezinho”.

Pedi a palavra o Sr. Deputado **Celino Augusto** para dizer que em relação às senhas de presença, nomeadamente nas duas visitas, a sua opinião era que não havia realmente direito a senhas de presença, porque não havia uma convocatória, havia sim, um convite. Havendo convocatória haveria faltas e obviamente direito a senha de presença, de outra forma não sabia como seria possível.

Interveio novamente o Sr. **Presidente da Assembleia** dizendo não se poder condicionar a aprovação ou reprovação deste Plano de Actividades por causa de uma senha de presença. Quanto ao encontro de Natal, que em principio seria um almoço de natal, seria de inscrição voluntária e em que cada membro que quisesse estar presente pagaria o seu almoço, não havendo qualquer custo para a Câmara Municipal.

E não havendo mais inscrições, passou-se à votação do Plano de Acção proposto que foi aprovado por maioria com 13 abstenções e 17 votos contra.

O Sr. Deputado **Manuel Rito** fez uma declaração de voto dizendo que havia votado contra porque não tinham sido devidamente esclarecidas as implicações financeiras do plano.

Igualmente o Sr. Deputado **Joaquim Brázia** declarou ter votado contra porque efectivamente não se chegara à conclusão das despesas, é que começava a haver demasiados conselheiros no meio daquilo tudo e conselheiros a mais implicava custos a mais e tinha que se cortar nas despesas.

PONTO 6 — DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ARTIGO 41º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** fez a apresentação do ponto 6, recordando aos Srs. Deputados que na Assembleia Municipal anterior, quando fora votado o regimento, não fora votado o artigo 41º porque a comissão eventual que tinha sido criada para discutir e para aprovar uma proposta de regimento, tinha chegado ao consenso de que se deveria pedir pareceres a duas entidades, ANMP e à CCDR Centro, quanto à legalidade da proposta apresentada pela mesa da assembleia.

Tendo entretanto chegado os pareceres e depois de analisado o seu conteúdo, chegara-se à conclusão que não era colocada em causa em nenhum dos pareceres a legalidade da proposta apresentada pela mesa pelo que se estava em condições de trazer à votação o artigo 41º.

Mas antes de continuar a sua intervenção e visto que se havia atingido as 00.00 horas, perguntou se alguém se opunha a que a Assembleia continuasse no dia 1 de Maio Não havendo ninguém que se opusesse, prosseguiram os trabalhos.

E, continuando no uso da palavra, informou que a proposta da Mesa fora alterada, seguindo uma recomendação da CCDR Centro e o Sr. Deputado João Manata tinha apresentado uma proposta alternativa, pelo que havia naquele momento duas propostas na mesa, que passava a ler:

“PROPOSTA DA MESA - ARTIGO 41.º

(FORMAS DE VOTAÇÃO)

1. *As votações realizam-se por voto nominal.*
2. *As votações por voto nominal realizam-se ainda por voto nominal, levantados e sentados ou de braço no ar, que constitui a forma usual de votar.*
3. *As votações realizam-se por escrutínio secreto quando:*
 - a) *se realizem eleições;*
 - b) *se aprove a realização de referendos locais;*
 - c) *se votem moções de censura à Câmara Municipal e à Mesa da Assembleia Municipal;*
 - d) *se aprovem as opções do plano e a proposta de orçamento;*
 - e) *envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa;*
 - f) *se a Assembleia assim o deliberar.*
4. *O Presidente da Assembleia Municipal vota em último lugar.”*

“PROPOSTA DA CDU – ARTIGO 41.º

1- (Formas de Votação)

- a) *Por escrutínio secreto, sempre que se realizem eleições e quando envolvem a apresentação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa, ou ainda, em caso de dúvida, se a Assembleia assim o deliberar;*
 - b) *Por votação nominal, apenas quando requerida dos membros e aceite expressamente pela Assembleia;*
 - c) *Por levantados e sentados ou de braço no ar, que constitui a forma usual de votar.*
- 2- *O Presidente vota em último lugar.*
O proponente - João Manata”

Declarou então abertas as inscrições para os Srs. Deputados que quisessem intervir.

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Baraçal, **Luis Carlos Lages** para dizer que em relação à proposta da mesa tinha a tecer algumas considerações, principalmente no que respeitava à sua interpretação. O ponto 1 dizia que as votações se realizavam por voto nominal e no ponto 2 dizia que as votações por voto nominal se realizavam ainda por voto nominal. Realmente não entendia bem, não sabia se era ele que não entendia, mas achava que havia ali qualquer coisa que lhe escapava.

Depois dizia que a votação se realizava por escrutínio secreto, quando...a, b, c, d, principalmente na alínea d), nos dois pareceres que lera, nenhum deles dizia que deveria ser por escrutínio secreto, muito pelo contrário, o que referiam era que o

voto normal seria sempre por voto nominal, a não ser que a Assembleia decidisse o contrário, portanto não entendia o porquê da alínea d).

Também não entendia o ponto 2, quando dizia que a votação por voto nominal se realizava ainda por voto nominal, sinceramente não entendia.

Quanto à proposta da CDU, mantinha a proposta antiga, parecia-lhe que tinha mais a ver com os pareceres que haviam recebido e com a legislação. Na sua maneira de ver a proposta da CDU é a que deveria ser votada.

O Sr. Deputado **Manuel Rito** pediu a palavra começando por ler à Assembleia, dois artigos do regime jurídico da tutela Administrativa das Autarquias Locais, lei 27/96 de 1 de Agosto, os artigos 9º (.....), e 12º (...).

E continuou dizendo que lhe parecia de bom senso, palavra tão cara ao Sr. Presidente da Assembleia, só por aquele motivo mas havia outros que poderia referir, que fosse nominal a votação, até para que quem votasse contra, que tinha esse direito.

Referia ainda que a lei 169/99, actualizada pela 5/2002, dizia no artigo 93 que os membros podiam fazer constar da acta o seu voto de vencido e as razões que o justificassem. Ora, com a proposta da mesa relativamente a um assunto tão importante como o plano e orçamento, obviamente também isto ficava cortado a todos os membros da assembleia. Era por esse motivo que achava que a proposta da CDU era a proposta mais equilibrada e apelava aos eleitos do PSD que se associassem à proposta da CDU.

O Sr. Presidente da Junta da Cerdeira, **Joaquim Manuel Costa Matos** interveio para dizer que lhe parecia, relativamente aos pareceres enviados, que remetiam para a própria Assembleia, as decisões a serem tomadas.

Mesmo assim, considerava que a proposta que melhor se identificava com aqueles pareceres era a proposta da CDU.

Na sua intervenção o Sr. Deputado **António Gata** disse que, apesar de ter alguma formação jurídica, não tinha a suficiente para lhe permitir ter uma opinião cabal acerca daquela situação, e que, portanto, tinha que se valer de quem era especialista na matéria. E dos pareceres que todos tinham, concluía que a questão que se colocava ali era que na reunião anterior o que estava em causa era que a questão nem devia existir porque era ilegal. Afinal os pareceres jurídicos vieram dizer que era legal, que houvesse voto secreto na Assembleia Municipal, este era o primeiro ponto da questão

O 2º Ponto, e que para si era o mais importante, o Sr. Deputado João Manata e o Sr. Deputado João Duarte que o desculpassem por aquilo que ia dizer, mas sabiam muito bem que não era para os ofender. O que estava ali em causa essencialmente era, e toda a gente sabia, que alguns anos atrás, quando alguns militantes do Partido Comunista Português em congresso tentaram que o voto fosse secreto, foram expulsos do partido, esta é que era a grande realidade, e compreendia e aceitava a posição do Partido Comunista naquela sala. O Sr. Deputado João Manata era um comunista ortodoxo, respeitava, estalinista, e compreendia. Agora o que não entendia era que o PSD estivesse a ir por aquele caminho, mas se fossem e se ganhassem, estava tudo muito bem.

Solicitou a palavra o Sr. Deputado **João Manata** para dizer que: Primeiro o Carlos Brito não fora expulso do Partido Comunista Português, saíra porque quisera. Segundo, nunca ninguém fora expulso do Partido Comunista por propor voto secreto. E não dava autorização ao Sr. Deputado António Gata para lhe chamar estalinista. Ortodoxo, até fora baptizado na igreja católica, a palavra que dissera não era conectada com a religião, mas pronto, ortodoxo ainda podia chamar, porque se fosse ao dicionário, ortodoxo era aquele que procurava a verdade e ele até procurava a verdade. Agora estalinista não lhe dava autorização que lhe chamasse.

Quanto à proposta fazer tanta confusão, para já a Assembleia do Sabugal passaria a ser a única Assembleia do país onde se votaria o plano e orçamento por voto secreto, e ao contrário do que o Sr. Deputado estava a dizer, a proposta que o Sr. Deputado defendia é que era estalinista, porque impunha e proibia, ao contrário da que apresentara que não proibia nada, inclusivamente permitia se a Assembleia o entendesse que o voto fosse secreto no orçamento.

O Sr. Presidente da Junta da Bismula, **José Augusto Vaz** interveio apenas como sentido da razão. Quem é que tinha medo do voto secreto no plano e orçamento, quem? Estavam em causa naquele artigo os Presidente de Junta e porquê? Porque todos sabiam que o Presidente de Junta votava coagido muitas vezes, e um dia numa Assembleia dissera para um camarada que ia votar contra o plano e orçamento porque não trazia nada em benefício da Bismula, e ele lhe respondera que se votasse contra, então é que não receberia mesmo nada. E era verdade, pois não recebera mesmo nada. Era mais que prova que havia coação, eram postos de parte aqueles que votavam contra.

Na sua intervenção o Sr. Deputado **Francisco Bárrios** começou por dizer que, quanto à legalidade do voto secreto, não tinha dúvidas, era legítima, era credível. Também não tinha qualquer problema em que a votação fosse de braço no ar. Estava-se num país livre, não havia repressão, estava-se a comemorar o 25 de Abril que já acontecera há 36 anos, nada nos acontecia, havia liberdade de expressão e de pensamento. Uma coisa podia acontecer, era que por vezes havia condicionantes à própria liberdade, ninguém era insensível ou pelo menos alguns não o seriam.

Ainda há tempos vira ali um indivíduo dizer que tomava aquela posição em solidariedade com o grupo, se calhar não tomava essa decisão sozinho, mas como estava integrado no grupo, o grupo queria assim.

O voto se fosse de braço no ar era livre, mas se fosse por voto secreto era mais livre, não havia condicionantes nenhuma, havia a liberdade de cada um.

Até podia dar um exemplo, e falava por si. Imagine-se que até tinha vontade de chumbar o orçamento, o seu grupo entendia que o orçamento e plano eram maus para o concelho e ia-se votar contra. Entretanto havia lá uma obra, apesar de não estar ali a representar a sua aldeia, uma obra de 150 mil contos. No dia seguinte cairia “o Carmo e a Trindade”, porque ninguém entenderia que fulano fora contra a sua terra, porque votara contra.

Se fosse de voto secreto, voto em liberdade, ninguém o saberia. De voto de braço no ar podia muitas vezes ser condicionado, estava a ser condicionada a sua liberdade. E por isso iria votar a proposta da mesa.

Interveio então o Sr. Deputado **Carlos Alberto Morgado**, dizendo que considerava que a questão que ali estava colocada se punha a dois níveis: Inicialmente, e pela discussão anterior, falava-se em legitimidade e falava-se em legalidade: Quanto á legitimidade nem sequer tinha dúvidas nenhuma sobre a legitimidade da proposta apresentada pelo grupo do PS...

O Sr. **Presidente da Assembleia** interrompeu o Sr. Deputado para lhe dizer que a proposta de mesa não fora apresentada pelo grupo do PS, fora apresentada pela mesa da Assembleia Municipal!

Retomou a palavra o Sr. Deputado **Carlos Alberto Morgado** dizendo que quanto à proposta de mesa que o grupo do PS iria certamente apoiar, era óbvio que não estava em causa a sua legitimidade, porque havendo dois tipos de votação, claramente qualquer deputado tinha o direito de poder em qualquer momento votar ou de braço no ar ou por voto secreto.

Em relação à questão da legalidade que na Assembleia anterior fora colocada, os pareceres da ANMP e da CCDR Centro, onde claramente se dizia que a votação, sendo nominal, podia sempre ser por voto secreto se Assembleia assim o entendesse, era muito clara, colocando nas mãos da Assembleia a possibilidade de definir esse tipo de votação.

Era por isso que se estava ali a decidir como é que se queria votar, se por voto secreto se por voto de braço no ar. Assim, pensava que, em relação á legitimidade e á legalidade, nada haveria naquele momento a considerar, ao contrário do que se pretendia fazer ali, como já ouvira de intervenções anteriores.

Continuou dizendo que, por aquilo que já ouvira ali, havia uma proposta da CDU que colocava claramente a necessidade as votações principais na Assembleia serem feitas por voto no ar, e como dizia o Sr. Deputado António Gata, entendia essa posição da CDU, pois ideológica e comportamentalmente era assim que funcionava o Partido Comunista, tinha que se respeitar essa forma de pensar.

Já entendia muito menos a posição de alguns deputados do PSD, alguns dizia porque só ouvira alguns desses deputados a colarem se á proposta da CDU. Se calhar nem se admirava tanto quanto isso, pois lhe parecia que era mais ou menos normal a colagem entre a CDU e alguns deputados do PSD naquela Assembleia, mas isso cada um votaria como entendesse, os deputados do PS também votariam como entendessem.

Mas havia outro nível em que se colocava a votação, que era enquanto deputados municipais todos tinham a liberdade, como dizia o Sr. Deputado Francisco Bárrios, de votar como entendessem, assumindo cada um, as suas responsabilidades por esse mesmo voto.

Obviamente em relação aos senhores presidentes de Junta pensava que a questão se colocava de uma forma ligeiramente diferente, e uma forma ligeiramente diferente porque os senhores presidentes estavam ali como representantes das suas Aldeias e portanto estavam ali fundamentalmente na defesa dos interesses das suas aldeias e esta é que era a questão fundamental, a defesa do interesse de cada uma das aldeias, e que o fariam com certeza da forma mais correcta. E era evidente que cada Presidente de Junta por si só em quanto pessoa não teria medo de fazer votação fosse de que tipo fosse.

Agora se a questão se colocava ao nível do interesse da sua Freguesia obviamente num plano e no orçamento da Câmara se o Presidente de Junta que não via contemplado nesse mesmo plano e orçamento nada que dissesse respeito à sua Freguesia com

certeza não tendo medo de votar, haveria sempre algum constrangimento no voto, porque não era um voto da pessoa que estava ali, mas era o voto da sua Junta de Freguesia.

Por isso o que propunha era que se votasse a proposta da mesa da Assembleia Municipal no sentido positivo e que os senhores Presidentes de Junta hoje ali de facto sem medo pusessem o braço no ar a dizer que votavam nessa proposta para que nos momentos em que a votação fosse mais importante para as suas Freguesias pudessem muito calmamente numa mesa de voto depositar a sua defesa do interesse da sua aldeia sem qualquer tipo de constrangimento.

O Sr. Deputado **José Robalo** interveio para, com toda a serenidade analisar aquela situação, mas em primeiro lugar queria fazer um lamento pois tinham-se ouvido intenções e recomendações ao 25 de Abril e parecia-lhe que havia gente na Assembleia que ainda não era capaz de ter uma tolerância democrática, que ainda não era capaz de ter proximidade democrática, ainda não tinha os valores, ainda não havia um socialista com valores democráticos para discutir com responsabilidade um tema demasiado sério e demasiado importante.

Queria dizer que fazendo parte do grupo parlamentar do PSD, não lhe repugnava mesmo nada, pelo contrário, era com prazer que iria votar a proposta apresentada pela CDU. E ia dizer claramente que pelos vistos no País inteiro as Assembleias Municipais votavam de acordo com a proposta da CDU, fossem Assembleias onde o PS era maioritário ou o PSD, porque era este o tipo de votação assumido em todo o País.

Por isso, se alguém estava errado era quem estava a apresentar propostas, que, pelos vistos não era a mesa que apresentava a proposta, fugiu-lhe a boca para a verdade, era a proposta do PS. Se alguém estava errado era quem estava a apresentar propostas contrárias àquilo que se fazia no País inteiro.

E também queria dizer que tinha todo o prazer em votar aquela proposta porque, embora fosse a proposta da CDU, e como já dissera e muito bem o Sr. Deputado João Manata, era a proposta do regimento que vigorava no anterior mandato e sempre fora assim, e todos os Partidos haviam trabalhado com aquele artigo. Assim, não era uma proposta da CDU mas era a proposta que vigorava em todo o País, era a lei que vigorava em todo País e fora a lei que vigorara sempre naquela Assembleia.

E queria também dizer para aqueles que diziam “se quiser votar ninguém tem que saber onde eu voto”, que estavam enganados, e era por isso é que perdiam eleições, porque as pessoas que os elegiam queriam saber em que votavam, não passavam um cheque em branco. E essas pessoas vinham para ali votar em voto secreto e dizer que não sabiam em que tinham votado. As pessoas tinham de saber em quem se votava, qual o sentido de voto. Era preciso explicar às pessoas lá fora porque é que se votava de determinada maneira, pois quando se apresentavam ao eleitorado assumiam o seu sentido de voto.

Votava em determinado Orçamento e em determinadas medidas que estavam no plano de actividades porque fora para isso que tinha sido eleito e seria responsável dali a 4 anos, podendo dizer que votara a favor ou não. Se o voto fosse secreto ninguém saberia em quem se votava e sacudia-se a água do capote. Mas tem que se ser responsável perante os eleitores.

Finalmente quanto à questão da legalidade, então seria legal um voto secreto que depois lhe ia cortar um direito de exercer uma declaração de voto no final. Como aliás lera e muito bem o Sr. Deputado Manuel Rito, tinha o direito de fazer uma declaração de voto, mas se o voto era secreto não lhe era cortado esse direito?

Por todas aquelas razões era com todo o prazer que votaria na proposta do PCP, na proposta da CDU, era com todo o prazer que o faria e mais, era por ter consciência que era assim que se regiam todas as Assembleias Municipais do País.

O Sr. **Presidente da Assembleia** dirigiu-se então ao púlpito para intervir como Deputado Municipal, começando por dizer em primeiro lugar que todos deviam falar de forma clara e que quando dizia todos, se referia essencialmente á bancada do PSD e à bancada da CDU mas mais á bancada do PSD.

Ainda bem que o PSD recuara na proposta que tinha feito anteriormente, o qual já nem sequer era gato escondido com o rabo de fora, era o rabo todo de fora, porque a primeira proposta que o PSD apresentara era aquela que o Sr. Deputado João Manata aqui apresentava alterada. Porque o Sr. Deputado João Manata dizia que “em caso de dúvida pode ser por voto secreto se Assembleia assim o deliberar” e a primeira proposta do PSD era, “excepto no orçamento e no plano”. Portanto a proposta inicial do PSD não era contra a voto secreto, era e continuava a ser contra o voto secreto no Plano e no Orçamento, era bom que as pessoas não andassem a esconder as coisas.

E continuou dizendo que aquilo que o separava do Deputado João Manata, e gostaria que o PSD também pensasse assim era que para ele a forma mais nobre de votar era o voto secreto, não viessem com o 25 de Abril, porque esta data vinha exactamente dizer que a forma mais nobre de votar era o voto secreto, não era o braço no ar.

E era por isso que a mesa tinha apresentado a proposta de que as votações mais nobres que se faziam naquela Assembleia passassem a ser feitas por voto secreto, e quando dizia as mais nobres, estas eram aquelas que envolviam o nome de pessoas e eram a “realização de referendos locais a votação de moções de censura para a Câmara Municipal e á Mesa da Assembleia Municipal, apreciação de comportamentos. Eram aquelas 4 ou 5 para além do Plano e Orçamento, que eram as mais nobres e por serem mais nobres eram aquelas que mereciam a forma mais nobre de votação para ele para o PS que sempre haviam defendido voto secreto.

Por esse argumento chegava-se à conclusão que os únicos Presidentes de Junta que ali estavam democraticamente eleitos eram os que eram eleitos em plenários com braço no ar, porque aqueles que eram eleitos em voto secreto eram erradamente eleitos. Pessoalmente continuava a pensar que a forma mais nobre de votar era por voto secreto e tinha sido por isso que pusera a sua assinatura naquela proposta.

Continuou pedindo desculpa, mas voltando a repetir o que dissera porque havia Senhores Presidentes de Junta que não tinham entendido. O que dissera era que se se colocava a questão que o voto secreto não era democrata, então isso queria dizer que quando uma população votava num Presidente de Junta ela devia votar de braço no ar e como os únicos Presidentes de Junta que eram eleitos de braço no ar eram os Presidentes eleitos em Plenários de Freguesia... Se estava errado pedia desculpa se era por voto secreto era por voto secreto, e então todos os Presidentes que ali estavam eram eleitos por voto secreto, eram democratas e deixavam de o ser no dia em que votassem por voto secreto o Orçamento e o Plano.

Usou da palavra o Sr. Deputado **António Gata** para prestar o esclarecimento de que a proposta que a mesa apresentava não era do PS.

E embora não o quisesse fazer, pensava que era a altura de se dizer claramente que fora obrigado a ter aquela intervenção, para dizer que numa reunião em que participara e onde estavam todos os partidos ali representados incluindo o representante do CDS que ainda não se havia pronunciado, fora unânime que a apresentação daquela proposta não fora do PS, era uma proposta de todos os grupos representados na Assembleia de todos pedia desculpa pois o Sr. Deputado João Manata dissera logo que iria apresentar a proposta que ali estava.

O Sr. **Presidente da Assembleia** dirigiu-se ao Sr. Deputado António Gata chamando-lhe a atenção para uma imprecisão pois na reunião da comissão permanente tinham estado representados PS, MPT, CDU e o CDS, não estivera representado o PSD. Por outro lado, a proposta da mesa nunca fora aceite naquela reunião, a conclusão que se tirara fora que, do ponto de vista da legalidade, os representantes dos partidos que estavam presentes não colocavam qualquer questão de legalidade. No que dizia respeito ao conteúdo da proposta fora claramente dito que os representantes do PS, do MPT e do CDS apoiavam a proposta da mesa e que o representante da CDU iria apresentar uma proposta autónoma.

Pedi a palavra, em defesa da honra, o Sr. Deputado **Joaquim Leal** dizendo que, pedira a palavra em defesa da honra, porque o Sr. Deputado Carlos Alberto Morgado dissera e muito bem que havia ali gente que na Assembleia anterior não concordava com aquela forma de votação porque a considerava ilegal e tinha sido uma dessas pessoas: E vinha em defesa da honra porque como dizia o Sr. Deputado Carlos Alberto Morgado, as coisas estavam esclarecidas, e se na vida se tinha que evoluir, o seu pensamento também evoluía e evoluía em função da leitura que fizera mais que uma vez dos dois pareceres que lhe haviam chegado à mão: Na realidade ambos os juristas diziam que de facto esta Assembleia era soberana para tomar aquela decisão e ali não havia ninguém que a pudesse contestar.

E continuou dizendo que vinha em defesa da honra pela intervenção do Sr. Deputado Carlos Alberto Morgado, mas também pela intervenção do Sr. Deputado Ramiro Matos porque fizera ali a afirmação que “ A forma mais nobre é o voto secreto” e queria dizer-lhe, em defesa de honra porque considerava a forma mais nobre de todos lutarem pelo Concelho do Sabugal não era o voto secreto, a forma mais nobre, ia dizê-lo, era, de olhos nos olhos, ter-se a capacidade de dizer discordo daquele Plano, porque se tem outras ideias. E era preciso também que todos os Membros da Assembleia adoptassem aquela.

Não era o Sr. Deputado Ramiro Matos quem vinha ali dizer que a forma mais nobre, na sua óptica, era o voto secreto, pois ele tinha o direito de se sentir e de dizer que a sua opinião não era o voto secreto.

E ia terminar dizendo que quando houera deputados que haviam dito que a bancada do PSD se estava a colar á bancada da CDU, de facto não tinha qualquer dúvida quanto a legalidade mas legalmente, acreditasse o Sr. Presidente aquela forma de votação era camuflar a vida democrática do Concelho do Sabugal.

Solicitou a palavra para defesa da honra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal, **Luis Carlos Lages** dizendo que a questão era que tinha havido duas pessoas que se haviam referido a intervenções de pessoas ligadas ao PSD por se colarem á CDU.

A questão era que ele não se colara á posição de CDU, o que achava era que a opção da CDU era, e na altura referira que deveria haver mais, a que estava mais de acordo com os pareceres que tinha lido.

Quanto à questão da votação e dizer-se que se votava coagido, fora isso que o indignara, e por isso considerava que tinha que defender a sua honra, pois já por várias vezes votara contra, aliás, já votara contra o Orçamento, já se abstivera, já votara a favor do orçamento. Já era Presidente há muitos anos e tinha exercido o seu direito de voto, e o Sr. Presidente de Câmara sabia e não tinha problema nenhum em que ele o soubesse.

E terminou dizendo que a questão era a gente enfrentar as coisas e demonstrar a sua posição.

O Sr. **Presidente da Assembleia** colocou então o assunto à votação, tendo sido aprovada a proposta apresentada pelo grupo da CDU com 38 votos a favor, contra 37 votos a favor da proposta apresentada pela Mesa e 1 abstenção.

O Sr. Deputado **Roberto Silva** pediu a palavra para fazer uma declaração de voto a qual foi interrompida pelo Sr. Presidente da Assembleia por a mesma não ser uma declaração de voto.

O Sr. Presidente da Junta de Valongo **Alberto Monteiro** fez uma declaração de voto dizendo que ficara confuso com aquela votação, pois também sabia contar e contara 37. E para que não houvesse dúvidas daquelas, votara no voto secreto, pois assim contavam-se os papéis ao fim e aí se veria quem ganhava.

O Sr. Deputado **José Robalo** iniciou a sua declaração de voto, congratulando-se com a aprovação daquela proposta da CDU e como dissera anteriormente, aquele artigo permitia manter a responsabilidade do eleito perante o eleitor. Todas as pessoas lá fora ficavam a saber qual era sempre o sentido de voto de cada um, sem se poder esconder aquilo em que se vota.

E terminou dirigindo uma palavra ao Sr. Presidente da Assembleia pela forma sensata, e já haviam tido ali algumas divergências, mas como na parte final conduzira os trabalhos e não deixando que a Assembleia descambasse.

A Sra. Deputada **Marisa Martins** declarou ter votado favoravelmente a proposta da mesa, e pelos vistos as pessoas que tinham analisado muito bem os pareceres, não os tinham analisado assim tão bem, porque em voto secreto se podia fazer uma declaração de voto tal e qual como estava a fazer naquele momento, pois o o ponto 5 dizia “com efeito a votação secreta não contraria o dever de fundamentar pois secreto é apenas o voto e não os fundamentos da deliberação que devem constar na acta”.

Na sua declaração de voto o Sr. Deputado **João Manata** disse que votara favoravelmente na sua proposta e que, ao contrário do que ali fora dito era a única proposta que permitia todas as formas de votação inclusivamente permitia, se Assembleia assim o entendesse, que o voto fosse secreto.

Por último interveio o Sr. Deputado **António Gata** para dar os parabéns aos vencedores porque a democracia era aquilo que se acabara de assistir. Com mais ou menos ruído, pensava que o ruído em determinados momentos fora anormal, mas a democracia era aquilo e por isso parabéns aos vencedores, mas não se sentia perdedor com aquele resultado.

PONTO 7 – ACTIVIDADE MUNICIPAL

Para dar início ao ponto 7, o Sr. **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** que disse que a informação sobre a actividade municipal fora distribuída e se houvesse alguma questão, fizesse o favor de a colocar.

O Sr. Presidente da Junta de Vale Longo **Alberto Monteiro** perguntou então ao Senhor Presidente se sabia que acerca de um mês e meio fora aberta uma vala na estrada que ia do Seixo para Vale Longo em direcção á ETAR, cortando na estrada a conduta principal e levando a água potável para a ETAR.

Tinham dado cabo do caminho todo, o tubo na maior parte do espaço estava à vista e não percebia porque era precisa água potável para a ETAR. Se um dia havia o azar de rebentar o tubo com o gelo lá estava dias e dias a verter, pois passava lá pouca gente. E repetia, não compreendia, tanta água ao pé da ETAR, com electricidade e levarem um tubo de água potável lá para a ETAR e o tubo à vista a maior parte do Inverno. E a estrada já havia mais de um mês e tal que estava cortada e estava num sítio perigoso.

Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** informando que se tratava de uma obra das Águas do Zêzere e Côa, da ETAR que ia servir Valongo e Seixo. Iria ver junto das Águas do Zêzere e Côa o que se passava e tentar resolver o mais rápido possível.

Terminado o Período da Ordem do Dia, o Sr. **Presidente da Assembleia** lembrou aos Srs. Deputados que não se esquecessem de preencher a folha que estava a ser distribuída pelo pessoal de apoio e que substituíra a chamada final.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Entrou-se então no período de intervenção do público, tendo o Sr. **Presidente da Assembleia** dado a palavra ao senhor **José Teles**, a quem agradecia que fosse o mais conciso possível na sua intervenção e a quem chamava também a atenção que a intervenção do publico se destinava a que os cidadãos solicitassem esclarecimentos sobre questões de manifesto interesse para o Concelho, isto é, que não era possível fazer uma intervenção do publico para falar sobre questões que se tivesse constado da ordem do dia daquela Assembleia.

O Senhor **José Teles** iniciou a sua intervenção dizendo que não ia fazer nenhuma: intervenção doutrinária, mas ia focar alguns aspectos e o primeiro era não perceber como é que era possível o artigo 41º consumir mais de uma hora, era um pequeno reparo que fazia e esperava que aquelas coisas não se repetissem.

Interrompeu-o o Sr. **Presidente da Assembleia** para lhe pedir que não fizesse aquele reparo.

Continuando a sua intervenção, o Sr. **José Teles** questionou o senhor Presidente da Câmara sobre um conjunto de assuntos, sendo o primeiro referente ao plano da Barragem que, na sua opinião e de alguns indivíduos que a têm visitado, era um santuário ecológico. E queria perguntar se a parte ecológica estava preservada?

A segunda pergunta tinha a ver com a situação junto à fábrica do Sr. Fausto Baltazar, pois naquela avenida circular, pois havia ali perigos muito grandes, ele próprio já assistira quase a um desastre. Seria possível pôr ali um semáforo ou um sistema de iluminação no sentido de evitar qualquer problema porque qualquer dia ter-se ia ali um problema muito grave?

Queria também perguntar se, para cá da casa dos Armazéns Frazão quando se vinha de Santo Estêvão, ao pé das oficinas de automóveis, já havia três anos que falara naquele assunto ao Executivo mas sem sucesso, se seria possível pôr umas protecções na estrada, porque qualquer dia ter-se-ia ali um segundo Castelo Branco?

Também queria falar sobre o pavimento das ruas que estavam um caos. Lembrava, por exemplo, a rua da Misericórdia, a rua Cândido Reis e outras ruas assim.

A propósito, havia coisa de um mês tinha convidado o senhor Vereador Ernesto a visitar a rua Cândido Reis onde havia uma casa a cair, tinha muito receio que qualquer dia houvesse uma tragédia naquela casa

O morador daquela casa, vivia em Vila Nova da Gaia e estava-se “nas tintas” para a casa. Sabia que o senhor Vereador já lá tinha ido ver e falara com o senhor Bogas que lhe respondera “estamos a espera de uma resposta, o senhor não sei quê, ele vive em Vila Nova de Gaia”. Ali fica a lembrança...

Queria ainda perguntar qual era o plano no ponto de vista ecológico do parque de campismo?

E continuou perguntando sobre qual a razão porque ainda não mandara fazer ou estabelecer melhor aquele pavimento do cemitério, que estava muito mau, aquilo precisava de um arranjo talvez um tapete de betume e, uma coisa importante, que eram os lavabos?

E quanto às variantes das estradas, o que é que se estava a passar com as variantes?

Por último, quando no dia 26 estivera no Sabugal o Sr. Ministro da Agricultura, tivera a oportunidade de entregar uma carta ao Secretário de Estado. Tinha depois ligado para o Sr. Secretário de Estado, não falara com ele, mas com a secretária, que lhe disse que ele estava no exterior e que logo que chegasse do estrangeiro, tinha o seu telefone, lhe dariam a resposta.

A questão era sobre o problema da Serra da Malcata, pois era tudo muito bonito, era tudo uma grande teoria mas depois quando acontecesse uma desgraça na serra da Malcata depois é que se estaria a carpir.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que não percebera a questão das variantes das estradas.

Quanto à questão do estudo ambiental do parque campismo, convidaria o Sr. José Teles a Câmara e mostrar-lhe-ia o projecto

Quanto ao cemitério já estava a decorrer um para a pavimentação que se iniciará logo que analisadas as propostas, tendo tudo aquilo que referira.

Na questão das casas em ruínas, tomara-se a medida, no âmbito da Comissão Municipal de Protecção Civil, de fazer a identificação e comunicar aos proprietários da Cidade do Sabugal, após o que se irá para as aldeias.

Por intervenção dos senhores Presidentes de Junta, foi enviado um officio no sentido de responsabilizar as pessoas na recuperação e a maior parte delas tinha respondido afirmativamente.

A colocação de raids de protecção na zona de descida quando se vinha de Santo Estêvão era um assunto que estava em estudo, como outros que já haviam sido ali referidos por alguns, nomeadamente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de St.º António e outros.

Não era um assunto esquecido o semáforo, ou melhor tentar regular o transito ali na zona da fabrica do Sr. Fausto Baltazar, ia verificar.

Finalmente queria dizer que, relativamente à visita do senhor Ministro da Agricultura e às diligências que fizera, se calhar era graças a elas que o S. Secretario de Estado dissera que voltaria brevemente ao Sabugal.

Foi de seguida dada a palavra ao Senhor **José António Paulos Bárrios** que disse que, para resolver definitivamente uma situação que se arrastava havia anos e que se iria prolongar por muito mais anos enquanto houvesse frio e gelo, e que era a situação dos contadores e ramais de água.

A solução passava, no seu entender, por enterrar os contadores em caixas que resistissem às intempéries, se não, não haveria solução e ia ser muito difícil à Câmara suprir todas as faltas e resolver todos os problemas dos cidadãos que chegavam de noite e queriam tomar banho, que pagavam a taxa disponibilidade e que depois não iam ter o serviço. Era um alerta que fazia a todo o executivo para que pudesse deliberar no sentido de arrancar de forma faseada com o enterrar dos contadores.

O Sr. **Presidente da Câmara** agradeceu a sugestão, ficando com o registo da mesma.

Solicitou de seguida ao Sr. Presidente da Assembleia para informar que iria haver naquele fim-de-semana muitas actividades nas Freguesias dinamizadas pela Autarquia, pelas Juntas e pelas Associações, e era bom que todos colaborassem e que participassem, ali no Auditório, a partir das 9 horas e 30 minutos, realizava-se o encontro de geo-turismo extremamente importante. Também teria início no dia seguinte a Feira da Caça no Casteleiro, era uma oportunidade para visitar o Casteleiro. Haveria ainda o encontro dos antigos alunos de Externato do Sabugal no Centro José Diamantino dos Santos.

Não havendo mais assuntos a tratar e sendo 1 hora e trinta minutos, o Sr. **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente acta aprovada em minuta, para resolução imediata das deliberações tomada, conforme disposto no nº 3 do art. 92 da lei 169/99 de 18 de Setembro e que vai ser assinada, nos termos da legislação em vigor.

O Presidente da Assembleia,

Ramiro Manuel Lopes de Matos

A Coordenadora técnica,

Nélia Lopes Vasco